

RESOLUÇÃO COMAS – SP nº 1218/2017, DE 28 DE JUNHO DE 2017.

Publicado no DOC em 04/07/2017 – Pág. 51 – Não substitui a publicação oficial

Dispõe sobre a aprovação de atribuições, procedimentos, instrumentais e indicadores qualitativos do monitoramento e avaliação das parcerias, por meio de Reuniões Técnicas de Gestão, Relatório de Execução do Objeto da parceria pelas organizações da sociedade civil e Relatórios de supervisão técnica dos serviços da rede socioassistencial parceira

O Conselho Municipal de Assistência Social da cidade de São Paulo no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº12.524, de 01.12.97, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 38.877, de 21.12.99, a Lei Federal de 1993, alterada pela Lei Federal nº 12.435, de 2011e; com as disposições de seu Regimento Interno, em reunião ordinária de 28 de junho de 2017 e,

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Assistência Social e Resolução CNAS nº27, de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº33, de 28 de novembro de 2011, que define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da Assistência Social e estabelece seus requisitos;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº34, de 28 de novembro de 2011, que define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da Assistência Social e estabelece seus requisitos;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 06/2016, que estabelece parâmetros para a Supervisão Técnica no âmbito do Sistema único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS;

CONSIDERANDO o II Plano Decenal de Assistência Social aprovado em 18 de maio de 2016, pela Resolução CNAS nº 07/2016, bem como o Plano Decenal de Assistência Social da cidade de São Paulo - PDMAS-SP - 2016 – 2026.

CONSIDERANDO que o Caderno de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2014, orienta:

- a necessidade da adoção de processos unificados para construção ampla e coletiva de estratégias estruturantes e de processos continuados para a organização do trabalho dentro do SUAS;
- que o trabalho social realizado na política de assistência social efetiva-se em espaços públicos de conquista de direitos e com mecanismos de gestão democrática;
- que a concepção da Educação Permanente no SUAS está pautada no acúmulo construído de saberes para a superação de práticas tradicionais e conservadoras, com consequente desenvolvimento de competências e habilidades orientadas pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e pelas orientações éticas e técnicas, passando pela difusão de conhecimentos significativos e validados coletivamente;

CONSIDERANDO que no Plano Decenal de Assistência Social há meta prevista de estabelecer padronização nacional dos serviços e equipamentos físicos do SUAS, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, em cumprimento à esta responsabilidade, por meio de seu corpo técnico, elaborou e publicou Norma Técnica dos Serviços Socioassistenciais, em atendimento ao Artº2 da Portaria 46/SMADS/2010, buscando aperfeiçoar e especificar os padrões de operacionalização e monitoramento dos serviços PAIF/PAEFI executados nas Unidades Estatais e dos serviços socioassistenciais conveniados;

CONSIDERANDO que a supervisão técnica é uma atividade de monitoramento *do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial*, uma das funções da vigilância socioassistencial, prevista na Resolução CNAS nº33/2012, NOB/SUAS/2012.

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº6, de 13 de Abril de 2016, que estabelece os parâmetros para a Supervisão Técnica no âmbito do Sistema único de Assistência Social – SUAS, em especial, artigos 4º e 5º.

CONSIDERANDO o Decreto Nº 53.029, de 16 de março de 2012, que estabelece as Supervisões de Assistência Social – SAS como unidades administrativas e de gestão da SMADS tem sob sua Gestão as seguintes unidades estatais de base territorial: Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), localizadas em áreas de vulnerabilidade e risco sociais.

CONSIDERANDO que as unidades estatais CRAS, CREAS e Centro POP tem a competência de operacionalizar o Serviço PAIF/PAEFI e articular e referenciar a rede de serviços socioassistenciais conveniados de seu território.

CONSIDERANDO as recomendações acerca das atribuições dos técnicos-supervisores lotados nos Creas e Centros Pop, elaboradas pela Coordenadoria de Proteção Social Especial, resultantes do processo formativo em supervisão técnica, definidas pela Portaria nº67/SMADS/2016.

CONSIDERANDO, que a supervisão técnica deve afiançar o padrão de qualidade dos serviços ofertados e referenciados aos SUAS pelos Cras, Creas e Centros Pop, deve observar as dinâmicas territoriais onde estão instalados os serviços da rede socioassistencial e sua capacidade de prevenir agravos de riscos e vulnerabilidades. Essa ação provê de informações a gestão da rede de serviços de proteção social e pela vigilância socioassistencial que produzirá conhecimento.

CONSIDERANDO o disposto na Portaria 46/SMADS/2010, no Art. 14, que define as atribuições dos profissionais dos Cras, Creas e Centros Pop, quando na condição de Técnico Supervisor da Rede de Serviços Socioassistenciais; no Art. 15, que detalha as ações da chefia imediata da Supervisão Técnica, responsabilidade que cabe ao coordenador da unidade estatal territorializada; e no Art. 21, que aponta as atribuições do Gestor Regional aqui representado pelo Supervisor de Assistência Social.

CONSIDERANDO, que as atividades de supervisão técnica dos serviços são realizadas por gestores da parceria devidamente nomeados, tendo como base as normativas sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, devem observar os padrões legais estabelecidos para a execução dos serviços e relação de troca de saberes entre as organizações parceiras;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar as atribuições, os procedimentos, instrumentais e indicadores qualitativos do monitoramento e avaliação das parcerias, por meio de Reuniões Técnicas de Gestão, Relatório de

Execução do Objeto da parceria pelas organizações da sociedade civil e Relatórios de supervisão técnica dos serviços da rede socioassistencial parceira, conforme anexo I e Portaria específica de SMADS (a ser publicada no D.O.C).

Art. 2º - Fica delegada aos Gestores da Parceria a competência para, com relação às parcerias executadas nas respectivas unidades, monitorar e avaliar quanto:

I - ao tipo, volume e padrões de qualidade em consonância com normativas municipais, estaduais e federais do SUAS;

II - ao objeto da parceria em consonância com o estipulado nos Termos de Parceria e Planos de Trabalho;

III - à emissão de pareceres parciais com estabelecimento de providências junto ao gerente dos serviços parceiros, e parecer semestral para subsidiar processos de prestação de contas;

IV - às necessidades de ofertas de formação e ações de educação permanente sobre os serviços parceiros dos quais são signatários.

Art. 3º - Fica delegada aos Coordenadores de Centros de Referência de Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) a competência para, com relação às parcerias executadas nas respectivas unidades:

I - subsidiar os gestores das parcerias com informações territorializadas,

II - viabilizar Reuniões Técnicas Semanais de Gestão em sua abrangência, entre técnicos do PAIF/PAEFI e gestores das parcerias;

III - promover ações formativas e do Plano Municipal de Educação Permanente para a rede de serviços socioassistenciais e PAIF/PAEFI com vistas ao alinhamento e qualificação das ofertas;

IV - viabilizar supervisão coletiva seguindo normativas previstas nesta Resolução;

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS deverá entregar Relatório de Monitoramento ao COMAS no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS deverá entregar Relatório de Avaliação ao COMAS no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

FERNANDA CAMPANA

Presidente – COMAS – SP

ANEXO

MINUTA DE PORTARIA SMADS nº XX, de XX de XXXX de 2017

Instituir as atribuições, os procedimentos, instrumentais e indicadores qualitativos do monitoramento e avaliação das parcerias, por meio de Reuniões Técnicas de Gestão, Relatório de Execução do Objeto da parceria pelas organizações da sociedade civil e Relatórios de supervisão técnica dos serviços da rede socioassistencial parceira.

Art. 1º - Instituir as atribuições, os procedimentos, instrumentais e indicadores qualitativos do monitoramento e avaliação das parcerias, por meio de Reuniões Técnicas de Gestão, Relatório de Execução do Objeto da parceria pelas organizações da sociedade civil e Relatórios de supervisão técnica dos serviços da rede socioassistencial parceira.

Art. 2º - Fica delegada aos Gestores da Parceria a competência para, com relação às parcerias executadas nas respectivas unidades, monitorar e avaliar quanto:

- I - ao tipo, volume e padrões de qualidade em consonância com normativas municipais, estaduais e federais do SUAS;
- II – ao objeto da parceria em consonância com o estipulado nos Termos de Parceria e Planos de Trabalho;
- III – à emissão de pareceres parciais com estabelecimento de providência junto ao gerente dos serviços parceiros, e parecer semestral para subsidiar processos de prestação de contas;
- IV – às necessidades de ofertas de formação e ações de educação permanente sobre os serviços parceiros dos quais são signatários.

Art. 3º - Fica delegada aos Coordenadores de Centros de Referência de Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e Centros de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) a competência para, com relação às parcerias executadas nas respectivas unidades:

- I – subsidiar os gestores das parcerias com informações territorializadas,
- II – viabilizar Reuniões Técnicas Semanais de Gestão em sua abrangência, entre técnicos do PAIF/PAEFI e gestores das parcerias;
- III – promover ações formativas e do Plano Municipal de Educação Permanente para a rede de serviços socioassistenciais e PAIF/PAEFI com vistas ao alinhamento e qualificação das ofertas;
- IV – viabilizar supervisão coletiva seguindo normativas previstas nesta portaria;

Art. 4º - Fica delegado aos Supervisores nas respectivas Supervisões de Assistência Social (SAS):

- I – conhecer, julgar e aplicar eventuais penalidades e recursos conforme apontado em relatórios e pareceres técnicos emitidos pelos gestores da parceria,
- II – sistematizar informações dos Relatórios de Supervisão Técnica e extratos de Declaração Mensal de Execução dos Serviços (Demes);
- III – articular ações formativas e do Plano Municipal de Educação Permanente para a rede de serviços socioassistenciais parceria e PAIF/PAEFI, com vista ao alinhamento e qualificação das ofertas;
- IV – viabilizar supervisão coletiva seguindo normativas previstas nesta portaria;
- V – viabilizar Reuniões Técnicas de Gestão Mensais em sua abrangência, tendo como subsídio sistematização das informações prestadas pelos serviços da rede socioassistencial;

Art. 5º - Ficam delegadas aos Coordenadores das Proteções Sociais Básica e Especial:

- I – conhecer penalidades aplicadas, méritos concedidos a recursos e informações prestadas para fins de monitoramento e avaliação da parceria, para construir material técnico-metodológico para subsidiar as equipes das unidades estatais (Cras, Creas, Centro Pop) e supervisores regionais (SAS);
- II – viabilizar Reuniões Técnicas de Gestão Trimestral, tendo como subsídio a sistematização das informações prestadas pelas SAS;
- III – articular as demandas apresentadas nos instrumentais de monitoramento e avaliação e discussões ocorridas nas reuniões trimestrais para promover alinhamento nas ações de supervisão coletiva e ações do Plano Municipal de Educação Permanente;

Art. 6º - Ficam delegadas ao Coordenador do Observatório de Políticas Sociais:

- I – sistematizar as informações prestadas para fins de vigilância socioassistencial, em especial as de monitoramento e avaliação da parceria, para nortear ações de gestão da rede socioassistencial em seus diferentes níveis e abrangências;
- II – viabilizar e difundir dados territorializados oriundo de fontes primárias e secundárias qualificando o atendimento ao público prioritário para as ofertas socioassistenciais;

III – articular as demandas apresentadas nos instrumentais de monitoramento e avaliação para promover formações e alinhamento na operação de sistemas informatizados e instrumentos de coleta e sistematização de declarações mensais de execução dos serviços (Demes);

Capítulo I – Das Reuniões Técnicas de Gestão

Art. 7º - Instituir pela presente portaria, Reuniões Técnicas de Gestão com o objetivo de alinhar e acompanhar as ações realizadas no âmbito das unidades estatais Cras, Creas e Centro Pop, bem como promover ações formativas e do Plano Municipal de Educação Permanente necessárias para execução da gestão dos serviços:

I – **Reuniões Técnicas de Gestão Quinzenal** com os Coordenadores de Cras, Creas, Centro Pop, e suas respectivas equipes técnicas, objetivando a unidade na ação de planejamento, execução, avaliação e monitoramento das atividades do PAIF/PAEFI e dos serviços socioassistenciais parceiros;

II - **Reuniões Técnicas de Gestão Mensal**, com o Supervisor de Assistência Social, o responsável pela Gestão SUAS da SAS e os Coordenadores de Cras, Creas e Centro Pop, objetivando o acompanhamento da gestão das unidades estatais e a resolutividade das situações detectadas nas Reuniões Técnicas de Gestão Semanais.

III - **Reuniões Técnicas de Gestão Trimestral**, com os responsáveis pela Supervisão de Assistência Social e Gestão SUAS da SAS, Coordenadores de Cras, Creas e Centro Pop e Coordenadorias de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial da Pasta, objetivando comando único, unidade de ação e qualidade dos serviços prestados, a partir das especificidades de cada território e a resolutividade das situações detectadas nas Reuniões Técnicas de Gestão;

Art. 8º - Fica instituído “Reunião Técnica Quinzenal”, nas unidades estatais Cras, Creas e Centro Pop, com a presença do Coordenador da unidade e a equipe de técnicos;

I – Os Gestores das Parcerias devem relatar os desafios e providências observadas na supervisão técnica;

II – Os profissionais do PAIF/PAEFI devem tratar das atividades realizadas e os desafios decorrentes;

III – O Coordenador da unidade deve promover discussão de casos e registrar os pontos levantados no *Relatório Quinzenal CRAS, CREAS, Centro Pop* (Anexo 1);

IV - *Relatório Quinzenal CRAS, CREAS, Centro Pop* (Anexo 1) deverá ser assinado pelos técnicos participantes e Coordenadores das unidades estatais, Cras, Creas e Centro Pop devendo ser entregue cópia no dia subsequente ao Supervisor de Assistência Social (SAS) para ciência.

Art. 9º - Fica instituída a “Reunião Técnica Mensal”, nas Supervisões de Assistência Social – SAS, com a presença do Supervisor de Assistência Social e pela Gestão SUAS da SAS e os respectivos Coordenadores das unidades Cras, Creas e Centro Pop;

I – Os Coordenadores de Cras, Creas, Centro Pop devem relatar os desafios e providências observadas na supervisão técnica, das atividades realizadas e os desafios identificados no PAIF/PAEFI, com base nos *Relatórios Quinzenais CRAS, CREAS, Centro Pop* (Anexo 1) produzidos no mês de referência;

II – Os supervisores de SAS deve promover discussão dos casos, destacar as experiências exitosas e registrar os pontos levantados no *Relatório Mensal SAS* (Anexo 2);

III - Os supervisores de SAS devem registrar questões abordadas nas reuniões técnicas, considerando desafios, resoluções e práticas exitosas de suas unidades estatais, as demandas de providências de SAS e/ou SMADS, os temas para supervisão coletiva e demandas para Plano Municipal de Educação Permanente;

IV - *Relatório Mensal SAS* (Anexo 2) deverá ser assinado pelos coordenadores participantes, Gestão SUAS da SAS e Supervisor de SAS e entregue cópia aos Coordenadores da Proteção Social de referência, até o 10º dia útil do mês subsequente, para subsidiar o “Reunião Técnica Trimestral”;

Art. 10 - Fica instituída a “Reunião Técnica Trimestral” a ser realizado sob a coordenação e responsabilidade das Coordenadorias de Proteção Social Básica, de Proteção Social Especial e do Espaço do Aprender Social (ESPASO) da Pasta;

§1º – Com a participação na “Reunião Técnica Trimestral” dos Supervisores de Assistência Social e Gestão SUAS da SAS, Coordenadores das unidades estatais Cras, Creas e Centro Pop, e os demais setores da Pasta poderão participar quando requeridos conforme a necessidade;

I – Os Coordenadores de Proteção Social Básica e Especial devem relatar os desafios e providências observadas na supervisão técnica e das atividades realizadas e os desafios decorrentes no PAIF/PAEFI com base nos *Relatórios Mensais de SAS* (Anexo 2) produzidos nos meses de referência;

II – Os Coordenadores de Proteção Social Básica e Especial devem promover discussão dos casos, destacar as experiências exitosas e registrar os pontos levantados nos *Relatórios Trimestrais de Proteção Social* (Anexo 3);

III - Os Coordenadores de Proteção Social Básica e Especial devem registrar questões abordadas nas reuniões técnicas, considerando desafios, resoluções e práticas exitosas das SAS, as demandas de providências de SAS e/ou SMADS, os temas para supervisão coletiva e demandas para Plano de Educação Permanente;

IV - *Relatório Trimestral de Proteção Social* (Anexo 3) deverá ser assinado pelos coordenadores participantes, Gestão SUAS da SAS e Supervisor de SAS, para subsidiar o monitoramento e ações decorrentes do “Reunião Técnica Trimestral”;

§ 2º – Na primeira “Reunião Técnica Trimestral” de cada ano serão definidas as diretrizes do planejamento anual do referido ano, respeitando as diretrizes estabelecidas nos Plano Municipal Decenal (PMDAS-SP), Plano Municipal de Assistência Social (PLAS), Plano Plurianual (PPA), Plano de Metas da Gestão, entre outros. Nas demais reuniões, cabe aos técnicos da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, junto aos responsáveis pela Gestão SUAS e coordenadores das unidades estatais, Cras, Creas e Centro POP, acompanhar, monitorar, avaliar e promover formações conforme previsto.

Capítulo II – Das Responsabilidades das Organizações da Sociedade Civil (OSC) Parceiras

Art. 11 - O *Roteiro de Relatório de Execução do Objeto* (Anexo 4) fica instituído pela presente Portaria, em conformidade com as variáveis e dimensões presentes no Artigo 9º, para fins de acompanhamento e monitoramento mensal da execução do serviço e para fins de avaliação e prestação de contas semestral e final da parceria.

§1º – Para fins de monitoramento a Organização da Sociedade Civil parceira na execução do serviço socioassistencial deverá entregar ao gestor da parceria até o 5º dia útil subsequente ao mês de referência Relatório de Execução do Objeto (Anexo 4), contendo:

- a) demonstrativo do alcance parcial das metas referentes ao período;
- b) descrição das ações e atividades desenvolvidas no período para cumprimento do objeto;
- c) alterações no quadro de recursos humanos
- d) material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes,
- e) relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos da parceria, quando houver,
- f) cópia de lista de presença dos usuários das atividades e ações realizadas no período de referência;
- g) resultados obtidos mensalmente nas variáveis de monitoramento e indicadores de avaliação estabelecidos pela pasta (cópia devidamente assinada do extrato de Demonstrativo Mensal de Execução – Demes);
- h) cópia dos relatórios de visita técnica *in loco* realizada pelo gestor da parceria no período de referência;

§ 2º Para o processo de monitoramento mensal, deve constar no Relatório de Execução do Objeto (Anexo 4) as variáveis e dimensões que sofrerem alterações, deve versar somente sobre os aspectos pertinentes ao mês de referência.

§ 3º Para o processo de avaliação semestral e final, deve constar no Relatório de Execução do Objeto (Anexo 4) a totalidade das variáveis e dimensões, considerando todas as informações pertinentes ao período de referência e os itens estabelecidos, devendo ser entregue ao gestor da parceria até 30 dias úteis após o

término do semestre. O não atendimento poderá prejudicar o processo de prestação de contas e, por consequência, o de pagamento.

§ 4º O gestor da parceria deverá verificar e dar ciência aos atendimentos dos itens estabelecidos no parágrafo 1º deste artigo. Em caso de insuficiência o gerente do serviço parceiro terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para correções e complementações.

§ 5º o Relatório de Execução do Objeto e demais documentos deverão instruir os processos administrativos (mensais) para fins de monitoramento e processos de pagamento para fins de avaliação (semestral e final) da parceria.

§ 6º O gestor da parceria poderá pedir vistas aos documentos de execução financeira para fins de monitoramento quando a execução do serviço não estiver a contento ou na suspeita de irregularidades, ou a qualquer tempo quando o acompanhamento técnico da execução assim demandar.

Art. 12 – O gerente do serviço parceiro, ou representante legal da parceria, deve permitir no ato da visita técnica o acesso à documentação, prontuários, oficinas, atividades coletivas, assembleias entre outras ações realizadas no âmbito da parceria, além de contato com os profissionais e usuários.

Art. 13 – No Plano de Trabalho, que será objeto de monitoramento e avaliação, as metas da parceria estão determinadas pelo quadro de ofertas, estabelecidas em regulações e tipificações próprias para cada serviço.

Art. 14 – No Plano de Trabalho, que será objeto de monitoramento e avaliação, os resultados alcançados, seus benefícios e impactos serão medidos pelas variáveis de monitoramento e indicadores de avaliação constante no extrato de Declaração de Execução Mensal do Serviço (Demes), bem como pelos indicadores por dimensão instituída pela presente portaria.

Art. 15 – A seleção de quadro de profissionais do serviço deve ser realizada com anuência e participação do gestor da parceria, da seguinte forma:

I – Responsável legal pela parceria deve divulgar em sítio eletrônico listagem das vagas, com competências, atribuições, formações, habilidades, horário, jornada de trabalho, vencimento, tipo de contrato, entre outras informações pertinentes;

II – Coleta e seleção de currículos junto com o gestor da parceria;

III – Chamamento e realização de processo seletivo para avaliação e/ou seleção dos candidatos, utilizando-se de dinâmica de grupo e exercícios pertinentes à função/cargo, junto com o gestor da parceria;

IV – Entrevista individual para seleção final, somente os representantes legais da parceria, garantindo alinhamento entre candidato e posto de trabalho.

Art. 16 – O gestor do serviço, ou responsável legal pela parceria, deve garantir a efetiva comunicação visual (em sites, redes sociais, material publicitário, relatórios, documentos, placa, etc.) dando transparência à prestação de contas, às agendas das atividades, direitos dos usuários, campanhas, e temas correlatos ao objeto da parceria.

Capítulo III – Das definições da Supervisão Técnica e Atribuições do Gestor da Parceria

Art. 17 – A Supervisão Técnica tem por objetivo geral fornecer subsídios teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção crítica e criativa de novas alternativas de intervenção aos trabalhadores do SUAS e elevar a qualidade do provimento dos serviços, programas e projetos, bem como as ofertas, benefícios socioassistenciais e transferência de renda para usuários e famílias, contribuindo para a resignificação das ofertas da Assistência Social e potencializando o pleno cumprimento de suas funções e seguranças afiançadas, na perspectiva da garantia de direitos.

§ 1º deve ser entendida como uma estratégia de formação, que pode ser desenvolvida com base em diferentes abordagens e técnicas, devendo ser orientada pelas necessidades da(s) equipe(s) participante(s) e

propiciada ampla participação, estando respaldada no diagnóstico de problemas e levantamento de necessidades de capacitação e de formação;

§ 2º Deve ser também entendida como uma estratégia de fortalecimento e argumentação técnica das necessidades dos usuários, com base em diferentes abordagens de escuta e participação dos cidadãos atendidos;

Art. 18 - A Supervisão Técnica poderá ser considerada interna, quando realizada visita *in loco* pelo gestor da parceria e quando promovida supervisão coletiva; ou, externa, quando requerer especialistas externos em temáticas relacionadas ao trabalho desenvolvido pela(s) equipe(s) profissional do SUAS, seja por meio das ações previstas no Plano Municipal de Educação Permanente ou pelas horas técnicas previstas no Termo de Parceria.

- I. **Visita *in loco*** compreende equipes profissionais de um único serviço parceiro, bem como seus usuários. Devendo o gestor da parceria se orientar pelas dimensões a serem monitoradas e avaliadas de forma dialogada e participativa, expressas nos instrumentais instituídos nesta portaria
- II. **Supervisão Coletiva** compreendendo equipes profissionais de mais de um serviço da rede socioassistencial, agrupados pela mesma tipologia, por segmentos sociais semelhantes, ou pelo território de mesma abrangência. Devendo os supervisor de SAS ou Coordenador Cras, Creas e Centro Pop versar sobre necessidades levantadas pelos gestores das parcerias quanto ao tipo, volume e padrões de qualidade, considerando o trabalho em rede e procedimentos técnico-administrativos, preceitos éticos e teóricos, ou ainda, metodologias específicas de atendimento e oferta;
- III. **Horas Técnicas** destinadas para contratação de profissionais especializados, com experiência comprovada, com a finalidade de promover supervisão institucional aos recursos humanos do serviço parceiro. Estão previstas para algumas tipologias de serviços, devendo ser submetido para apreciação do gestor da parceria. Visam qualificar técnica, ética e metodologicamente as ofertas e atendimentos realizados pelo serviço. Relatos e ações decorrentes dessa atividade formativa devem ser apresentados no *Relatório de Execução do Objeto* (Anexo 4), quando cabível;
- IV. **Ações formativas** desenvolvidas por profissionais especializados contratados no âmbito do Plano Municipal de Educação Permanente. Deve promover a construção crítica e criativa de alternativas de intervenção aos trabalhadores do SUAS e elevar a qualidade do provimento dos serviços, fornecendo subsídios teóricos, tecnologias sociais, metodologias, preceitos operativos e éticos.

§ 4º - A Supervisão Técnica *in loco* deverá ser no mínimo mensal configurando-se como ação contínua de qualificação da rede de serviços, sem prejuízo de maior presença respeitando a natureza dos serviços;

§ 5º - Devem ser previstas, no mínimo, 04 (quatro) horas mensais para Supervisão Técnica para cada unidade de serviço, contemplando a interlocução com gerentes, técnicos, educadores entre outros profissionais envolvidos na execução e usuários;

§ 6º - A Supervisão Técnica *in loco* devem ser realizadas em horário compatível com a tipologia do serviço parceiro, respeitadas as normativas de gestão de pessoas da Pasta, cabendo à Coordenadoria de Gestão de Pessoas orientar e proceder conforme regulamentação própria;

§ 7º - É de responsabilidade do gestor da parceria elaborar *Relatório de Supervisão Técnica* (Anexo 5), no ato da ação presencial de monitoramento aos serviços, que deverá ser assinado pelo gestor da parceria e gerente da unidade de serviço parceiro, ou técnico designado, deixando cópia na unidade supervisionada, sendo então encartados nos *Relatórios de Execução do Objeto* (Anexo 2), as variáveis que não foram monitoradas na ocasião da visita devem ficar em branco;

§ 8º - É de responsabilidade do gestor da parceria avaliar semestralmente o serviço para fins de prestação de contas, com o preenchimento de todas as dimensões do *Relatório de Supervisão Técnica* (Anexo 5), tendo como subsídio as visitas técnicas, Relatórios de Execução do Objeto e extratos da Declaração de Execução Mensal do Serviço (Demes);

Art. 19 – Ficam instituídos os indicadores qualitativos de supervisão técnicas para fins de monitoramento e avaliação, por dimensão à ser observada:

- a) Dimensão 1: Organização e Funcionamento – Espaço Físico
 - I. Indicadores: ambiente organizado e acolhedor; acessibilidade; espaço físico; manutenção; alimentação; preservação e guarda dos materiais; comunicação visual; e social.
 - II. Parâmetro: de 0 a 4 pontos é INSATISFATÓRIO; de 5 a 9 pontos é SAFISTATÓRIO COM RESSALVA; E de 10 a 16 pontos é SATISFATÓRIO,

- b) Dimensão 2: Organização e Funcionamento – Gestão dos Recursos Financeiros
 - I. Indicadores: Acompanhamento das propostas de flexibilização; compatibilidade dos elementos de despesa e quantidades, justificativa de gastos imprevistos ou fora do padrão, grau de organização das informações administrativas e financeiras.
 - II. Parâmetros: de 0 a 1 pontos é INSATISFATÓRIO; de 2 a 4 pontos é SAFISTATÓRIO COM RESSALVA; e de 5 a 7 pontos é SATISFATÓRIO,

- c) Dimensão 3: Organização e Funcionamento – Gestão Administrativa
 - I. Indicadores: Quadro de Profissionais; Participação em Ações formativas; abrangência da supervisão *in loco*, Horário de funcionamento; posturas dos profissionais; fluxos de informação dos usuários; Estimula à participação em espaços de controle social ou defesa de direitos;
 - II. Parâmetros: de 0 a 14 pontos é INSATISFATÓRIO; de 15 a 28 pontos é SAFISTATÓRIO COM RESSALVA; e de 29 a 42 pontos é SATISFATÓRIO;

- d) Dimensão 4: Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-Operativa – Trabalho com Usuários,
 - I. Indicadores: grau de participação na construção das normas de convivência; atualização de registro dos usuários; socialização das informações; discussão de casos; estratégias para inclusão/atualização dos usuários no CadÚnico e outros programas de transferência de renda; mapeamento das relações de vínculos afetivos; participação dos usuários nos projetos de revitalização; participação dos usuários no planejamento das atividades; aquisições dos usuários por atividade desenvolvida; atividades externas; canais de comunicação e sugestão de usuários; intensidade das intervenções dos profissionais na mediação de conflitos; mecanismos para avaliação das atividades; articulação entre atividades e espaços para difusão das produções dos usuários; estímulo à participação dos usuários durante as atividades, laicidade e respeito à diversidade religiosa nas atividades desenvolvidas;
 - II. Parâmetros: de 0 a 48 pontos é INSATISFATÓRIO; de 49 a 95 pontos é SAFISTATÓRIO COM RESSALVA; e de 96 a 142 pontos é SATISFATÓRIO;

- e) Dimensão 5: Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-Operativa – Trabalho com Família
 - I. Indicadores: mapeamento das relações de vínculos afetivos; participação dos familiares nos projetos de revitalização; participação dos familiares no planejamento das atividades; aquisições dos familiares por atividade desenvolvida; habilidades de sociabilização e convívio; canais de comunicação e sugestão de usuários; intensidade das intervenções dos profissionais na mediação de conflitos; mecanismos para avaliação das atividades; visitas domiciliares; serviços de referência e contrarreferência; articulação entre atividades e espaços para difusão das produções dos usuários; estímulo à participação dos usuários durante as atividades;
 - II. Parâmetros: de 0 a 36 pontos é INSATISFATÓRIO; de 37 a 72 pontos é SAFISTATÓRIO COM RESSALVA; e de 73 a 108 pontos é SATISFATÓRIO;

- f) Dimensão 6: Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-Operativa – Trabalho com Território;
- I. Indicadores: participação nas atividades do território; Mapeamento dos recursos acionados no mês/semestre no território; Articulação com outros serviços socioassistenciais, especificando quais e os objetivos; Articulação com outros serviços de outras políticas, especificando quais e os objetivos; Articulação para realização de eventos comunitários, passeios ou atividades externas com usuários/famílias;
 - II. Parâmetros: de 0 a 10 pontos é INSATISFATÓRIO; de 11 a 21 pontos é SAFISTATÓRIO COM RESSALVA; e de 22 a 34 pontos é SATISFATÓRIO;
- g) Avaliação das Dimensões: pontuação total, soma dos resultados;
- I. Parâmetros: de 0 a 116 pontos é INSATISFATÓRIO; de 117 a 233 pontos é SAFISTATÓRIO COM RESSALVA; e de 234 a 349 pontos é SATISFATÓRIO;

Art. 20. Os indicadores de avaliação de que trata o inciso III deste artigo e seus respectivos parâmetros poderão ser revistos a qualquer tempo, quando sua aplicação prática assim determinar, bem como é permitido estabelecer exceções quando necessárias dada a natureza da tipologia avaliada.

Art. 21. O gestor da parceria deve enviar mensalmente cópia digital do *Relatório de Supervisão Técnica* (Anexo 5), até o 10º dia útil, para SAS de referência, em especial para profissional do Observatório Local, para fins de **sistematização mensal e semestral** das informações com vistas à subsidiar Supervisão Coletiva, “Reuniões Técnicas Mensais”, prestação de contas e ações de gestão da rede socioassistencial no território de sua abrangência.

§ 1º. As informações prestadas no Relatório Mensal de Execução do Objeto (Anexo 4), os dados do extrato do Declaração Mensal de Execução do Serviço (Demes) e a qualidade do preenchimento dos Sistemas Eletrônicos Informativos deverão ser analisados em conjunto para fins de subsídio das atividades de supervisão técnica, em especial para preenchimento semestral do *Relatório de Supervisão Técnica* (Anexo 5).

§ 2º. A Supervisão de SAS, por meio dos Observatórios Locais, deverá enviar cópia da **síntese mensal** à Coordenadoria de Proteção Social Básica e Especial, até 15º dia útil do mês subsequente para subsidiar elaboração de diretrizes de gestão da rede socioassistencial de serviços parceiros e PAIF/PAEFI e acompanhamento e orientação sobre as possíveis intervenções das Supervisões Regionais, além de servir de referência para conteúdos trabalhados nas “Reuniões Técnicas Trimestrais”.

- a) Quando observada incompletude ou inconsistências nas informações prestadas as Coordenadorias deverão notificar as Supervisões Regionais de SAS para prestar orientações e esclarecimentos, com vistas à resolução e adoção de medidas cabíveis previstas no Termo de Parceria;
- b) Quando observada a recorrência de pontuações insatisfatórias nas dimensões supervisionadas as Coordenadorias deverão notificar as Supervisões Regionais de SAS para prestar orientações e esclarecimentos, com vistas à resolução e adoção de medidas cabíveis previstas no Termo de Parceria;

§ 3º. A Supervisão de SAS, por meio dos Observatórios Locais, deverá enviar cópia da síntese semestral à Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais (COPS), até 15º dia útil do mês subsequente, para fins de **sistematização semestral e final** das informações para subsidiar ações de gestão e atividades próprias da vigilância socioassistencial.

Capítulo III – Das Regras Transitórias e Definitivas

Art. 22. O processo de implantação dos instrumentos e dispositivos da presente portaria, sob coordenação das Proteções Sociais, terá duração de 270 (duzentos e setenta) dias, prorrogáveis por mais 270 (duzentos e setenta) dias.

§ 1º A implantação dar-se-á de forma gradativa, agrupando os profissionais por tipologia de serviço, de modo a garantir possíveis ajustes e atendimento às especificidades de cada unidade ofertante.

§ 2º O cronograma de implantação gradativa e de capacitação e formação para operar o sistema deverá ser publicado até 20 dias úteis após esta publicação.

Art. 23 – Os instrumentais devem ser utilizados a partir do mês subsequente ao da publicação desta Portaria.

§1º A partir da implantação dos instrumentais citados no caput deste artigo, ficam suspensas a elaboração e a adoção dos procedimentos relativos ao “Relatório de Supervisão Técnica Mensal (RESUP MENSAL)” e ao “Relatório de Supervisão Técnica Trimestral (RESUP TRIMESTRAL), ambos instituídos nos termos da Portaria 46/SMADS/2010.

§ 2º As Supervisões de Assistência Social (SAS) deverão instruir os processos administrativos e de pagamentos dos serviços ora conveniados, com cópia desta Portaria.

Art. 20 – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito _____	CRAS/ CREAS/ C. POP Ref. _____	Período de Ref. _____	Capacidade: _____	Nº de Convenio: _____	Nº Proc. Adm. _____
() Mensal _____ () Semestral _____ () Final _____					
TIPOLOGIA DO SERVIÇO: _____					
NOME DO SERVIÇO: _____					
ORGANIZAÇÃO SOCIAL: _____					
ENDEREÇO DA UNIDADE: _____					
HORÁRIO DE FUNC.: Período 1: _____ Período 2: _____ Período 3: _____					
TELEFONE 1: _____ TELEFONE 2: _____					
E-MAIL: _____					

I. DIMENSÕES DOS RESULTADOS E CUMPRIMENTO DO OBJETO, no Período de Referência	
1	Organização e Funcionamento – Espaço Físico
2	Organização e Funcionamento – Gestão dos Recursos Financeiros
3	Organização e Funcionamento – Gestão Administrativa
4	Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-operativa – Trabalho com Usuários
5	Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-operativa – Trabalho com Família
6	Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-operativa – Trabalho com Território

Observações: 1) As informações prestadas para fins de monitoramento ou avaliação do serviço prestado devem levar em conta o detalhamento e relato das ações, atividades, profissionais envolvidos, metas e resultados atingidos ou pendências para o próximo período (em especial aquelas que dependem de terceiros) no período de referência com base nas dimensões e suas respectivas variáveis. 2) Durante o processo de monitoramento mensal da execução do objeto, as variáveis e dimensões que não sofrerem alterações não devem ser atualizadas ou repetidas, deve versar somente sobre os aspectos pertinentes ao mês de referência. 3) Já durante os processos de avaliação semestral e final da execução do objeto, as variáveis e dimensões devem estar descritas em sua totalidade, o não atendimento poderá prejudicar o processo de prestação de contas e, por consequência, o de pagamento. 4) O atendimento aos itens deste roteiro de relatório contemplará o disposto na Norma no que tange: demonstrativo do alcance das metas; descrição das atividades desenvolvidas para cumprimento do objeto; relação de bens adquiridos com recursos da parceria; alterações nos recursos humanos. 5) Para atender aos disposto na Norma, devem ser juntadas Demes e Extrato de Demes, cópia das visitas in locode supervisão técnica e material comprobatório (fotos, listas de presenças, vídeos, folders, etc.).

II - DEMONSTRATIVO QUALITATIVO	
--------------------------------	--

1	Organização e Funcionamento – Espaço Físico
1.1	Organização, rotinas/procedimento de limpeza e disposição dos Ambientes.
1.2	Acessibilidade (identificar os espaços)
1.3	Adequações realizadas no espaço físico (incluindo as indicadas pela equipe de manutenção da SMADS)
1.4	Estratégias de Manutenção do espaço físico
1.5	Cardápio (oferta de alimentação: forma, quantidade e qualidade)
1.6	Rotinas/procedimentos/estrutura para guarda e preservação dos alimentos, produtos de limpeza e de higiene, etc.
1.7	Identificar os meios da comunicação visual (tipo de serviço, ofertas e parceria com PMSP/SMADS)
1.8	Relatar os produtos e meios para comunicação social (transparência, prestação de contas, agenda das atividades, direitos dos usuários, campanhas e etc.)
2	Organização e Funcionamento – Gestão dos Recursos Financeiros
2.1	Justificativa e Proposta de Flexibilização, se houver.
2.2	Relação entre os elementos de despesas, as quantidades e atividades desenvolvidas
2.3	Justificativa para a existência de algum gasto imprevisto ou fora do padrão
2.4	Relação de bens adquiridos com recursos da parceria e bens doados

3 Organização e Funcionamento – Gestão Administrativa								
3.1 Quadro Atual de Recursos Humanos (quantidade e qualificação)				QUADRO DE RH DO SERVIÇO				
Cargos	Formação	Qualificação	Situação (Férias, ativo, licença, etc.)	Nomes		Admissão		
Gerente								
Assistente Técnico								
Técnico								
Técnico Especializado - Nível								
Técnico Especializado - Nível								
Auxiliar Administrativo								
Orientador socioeducativo								
Cozinheiro								
Agente Operacional								
Profissionais Autônomos								
Profissionais Especializados -								
Oficineiros Autônomos								
3.2 Alterações no Quadro de Recursos Humanos (quantidade e qualificação)				QUADRO DE RH DO SERVIÇO				
Cargos	Formação	Qualificação	Situação (Férias, ativo, licença, etc.)	Nomes		Admissão		
Gerente								
Assistente Técnico								
Técnico								
Técnico Especializado - Nível								
Técnico Especializado - Nível								
Auxiliar Administrativo								
Orientador socioeducativo								
Cozinheiro								
Agente Operacional								
Profissionais Autônomos								
Profissionais Especializados -								
Oficineiros Autônomos								
3.3 Ações formativas com os profissionais ocorridas no período				AÇÕES FORMATIVAS				
Data	Local	Estratégia (oficina, curso, grupo, palestra, etc.)	Objetivos	Resumo do Conteúdo (principais conhecimentos adquiridos)	Resultados (aplicação prática)	Formas de Avaliação	Profissionais do serviço envolvidos	Atores Envolvidos (SMADS, Parceiro, Organização,
3.4 Participação em Supervisão Coletiva no				AÇÕES FORMATIVAS – SUPERVISÃO COLETIVA				
Data	Local	Estratégia (oficina, curso, grupo, palestra, etc.)	Objetivos	Resumo do Conteúdo (principais conhecimentos adquiridos)	Resultados (aplicação prática)	Formas de Avaliação	Profissionais do serviço envolvidos	Atores Envolvidos (SMADS, Parceiro, Organização,
3.5 Reuniões de equipe realizadas no período				REUNIÕES				
Data	Local	Pauta	Resumo dos pontos trados	Encaminhamento	Responsáveis	Prazos e Formas de Avaliação	Profissionais do serviço envolvidos	Atores Envolvidos (SMADS, Parceiro, Organização,
3.6 Aportamentos sobre questões gerenciais relacionadas às posturas de funcionários								
3.7 Estratégias e procedimentos adotados para guarda, organização e garantia de registro de informações sobre os usuários (prontuários, lista de presença, sistemas informação, tais como: SISC, SISA,								
3.8 Participação em Espaços de Controle Social ou Defesa				ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL EDEFESA				
Data	Local	Temática	Espaço (COMAS, FAS, etc.) - especifique o tipo de representação - eleito, segmento.	Resumo do Conteúdo	Resultados (Aplicação Prática)	Avaliação/	(usuários ou profissionais do serviço)	
3.9 Avaliações e revisões da grade de atividades durante o período (incluindo atores envolvidos - usuários, profissionais, familiares, etc.)								

4 Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-operativa – Trabalho com Usuários

4.1 Estratégias para a construção das normas de convivência e as normas estabelecidas

4.2 Discussão de Casos realizada no período REUNIÕES E ENCONTROS

Data	Local	Pauta	Caso (situações, vulnerabilidades, demandas, etc.)	Providências e Encaminhamentos	Responsáveis	Prazos e Formas de Avaliação	Profissionais do serviço envolvidos	Atores Externos Envolvidos (SMADS, Parceiro, Organização, Supervisão Contratada - horas técnicas, etc.)

4.3 Estratégias adotadas para garantir atualização de registros de usuários (em sistemas, relatórios, etc.)

4.4 Estratégias adotadas para socialização de informações sobre usuários entre membros da equipe técnica

4.5 Estratégias adotadas para identificar e atuar nas relações que são fonte de apoio e afeto para os usuários (mapa das relações e vínculos afetivos).

4.6 Atividades desenvolvidas para participação dos usuários no projeto de revitalização/manutenção do espaço institucional.

4.7 Estratégias adotadas para participação dos usuários no planejamento de grade de atividades.

4.8 Realização de atividades voltadas para o desenvolvimento dos usuários QUADRO DE ATIVIDADES

Data	Local	Estratégia (oficina, curso, grupo, socioeducativa, festa, assembleias, etc.)	Objetivos	Grau de Adesão e Participação (grau de mediação, pontos de conflito, etc.)	Resumo do Conteúdo (Conhecimentos trabalhados - 1) Técnico Específico: hidráulica, elétrica, panificação, etc.; 2) Direitos Sociais; 3) Território e Cidade; 4) Recreativas; 5) Físico-Esportivo, Corporais; 6) Artesanais; 7) Artístico-Culturais)	Aquisições dos usuários		Formas de Avaliação (instrumental, roda, etc.)	Profissionais do serviço envolvidos	Atores Externos Envolvidos (SMADS, Parceiro, Organização, Supervisão Contratada - horas técnicas, convidado, etc.)
						1. Respeito às diferenças e igualdades; 2. Oportunidade de crescimento no papel social e protagonismo; 3. Oportunidade de inclusão em políticas públicas; 4. Oportunidade de crescimento individual; 5. Identidade coletiva (questões relacionadas a, por exemplo, ser idoso, migrante, negro, sem-teto, mulher, etc.); 6. Convívio social; 7.	7.			

4.9 Realização de atividades Externas QUADRO DE ATIVIDADES EXTERNAS

Data	Local e Tipo (1) Espaços culturais e artísticos dentro da comunidade (Pontos de Cultura, Bibliotecas, Roda de Samba, etc.); 2) Museus, Galerias, Patrimônios tombados, Parques, etc. da cidade; 3) Parques temáticos, espaços recreativos, etc.; 4) Viagens, outros municípios.)	Objetivos	Grau de Adesão e Participação (grau de mediação, pontos de conflito, etc.)	Resumo do Conteúdo (Conhecimentos trabalhados - 1) Técnico Específico: hidráulica, elétrica, panificação, etc.; 2) Direitos Sociais; 3) Território e Cidade; 4) Recreativas; 5) Físico-Esportivo, Corporais; 6) Artesanais; 7) Artístico-Culturais)	Aquisições dos usuários		Formas de Avaliação (instrumental, roda, etc.)	Profissionais do serviço envolvidos	Atores Externos Envolvidos (SMADS, Parceiro, Organização, Supervisão Contratada - horas técnicas, convidado, etc.)
					1. Respeito às diferenças e igualdades; 2. Oportunidade de crescimento no papel social e protagonismo; 3. Oportunidade de inclusão em políticas públicas; 4. Oportunidade de crescimento individual; 5. Identidade coletiva (questões relacionadas a, por exemplo, ser idoso, migrante, negro, sem-teto, mulher, etc.); 6. Convívio social; 7.	7.			

4.10 Destaque para experiências e práticas que consideram exitosas

4.11 Estratégias e ações resultantes da articulação entre atividades e espaços externos para exposição, difusão e multiplicação dos produtos dos usuários

4.12 Estratégias e ações de manutenção de canais de comunicação para sugestão, avaliações, críticas e denúncias de usuários

5 Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-operativa – Trabalho com Famílias										
5.1 Discussão de Casos realizada no período				REUNIÕES E ENCONTROS						
Data	Local	Pauta	Caso (situações, vulnerabilidades, demandas, etc.)	Providências e Encaminhamentos	Responsáveis	Prazos e Formas de Avaliação	Profissionais do serviço envolvidos	Atores Externos Envolvidos (SMADS, Parceiro, Organização, Supervisão, Sumarização)		
5.2 Estratégias adotadas para identificar e atuar nas relações que são fonte de apoio e afeto para os usuários (mapa das relações e vínculos afetivos).										
5.3 Atividades desenvolvidas para participação dos familiares no projeto de revitalização/manutenção do espaço institucional.										
5.4 Estratégias adotadas para participação dos familiares no planejamento de grade de atividades.										
5.5 Realização de atividades voltadas para o desenvolvimento dos familiares				QUADRO DE ATIVIDADES						
Data	Local	Estratégia (oficina, curso, grupo, socioeducativa, festa, assembleias, passeios, atividades externas, etc.)	Objetivos	Grau de Adesão e Participação (grau de mediação, pontos de conflito, etc.)	Resumo do Conteúdo (Conhecimentos trabalhados - 1) Técnico Específico: hidráulica, elétrica, panificação, etc.; 2) Direitos Sociais; 3) Território e Cidade; 4) Recreativas; 5) Físico-Esportivo, Corporais; 6) Artesanais; 7) Artístico-Culturais)	Aquisições dos usuários (1. Respeito às diferenças e igualdades; 2. Oportunidade de crescimento no papel social e protagonismo; 3. Oportunidade de inclusão em políticas públicas; 4. Oportunidade de crescimento)	Formas de Avaliação (instrumental, roda, etc.)	Profissionais do serviço envolvidos	Atores Externos Envolvidos (SMADS, Parceiro, Organização, Supervisão Contratada - horas técnicas, convidado)	
5.6 Realização de Visitas domiciliares				QUADRO DE VISITAS DOMICILIARES						
Data	Motivação (1. Para vinculação ao serviço - busca ativa; 2. Para acompanhamento de caso - atendimento no domicílio; 3. Para desligamento; 4.	Estratégia (individual, grupo, socioeducativa, etc.)	Objetivos	Grau de Adesão e Participação (grau de mediação, pontos de conflito, etc.)	Resumo do Conteúdo (Conhecimentos trabalhados - 1) Técnico Específico: hidráulica, elétrica, panificação, etc.; 2) Direitos Sociais; 3) Território e Cidade; 4) Recreativas; 5) Físico-Esportivo, Corporais; 6) Artesanais; 7) Artístico-Culturais)	Aquisições dos usuários (1. Respeito às diferenças e igualdades; 2. Oportunidade de crescimento no papel social e protagonismo; 3. Oportunidade de inclusão em políticas públicas; 4. Oportunidade de crescimento individual; 5. Identidade coletiva)	Providências e Encaminhamentos	Prazos e Formas de Avaliação	Profissionais do serviço envolvidos	
5.7 Rede de serviços ou recursos do território acionados para encaminhamento/atendimento complementar aos fami				REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA						
Data	Tipo (1. Outros serviços da rede socioassistencial parceria de proteção social básica; 2. Outros serviços da rede socioassistencial parceira de proteção social especial; 3. Outros serviços de outras políticas sociais - trabalho, educação, habitação e saúde; 4. Outros	Nome da Unidade	Principais Objetivos	Grau de Adesão e Participação (grau de mediação, pontos de conflito, etc.)	Resultados e aplicação prática	Providências e Encaminhamentos decorrentes	Avaliação da Parceria	Profissionais do serviço envolvidos		
5.8 Destaque para experiências e práticas que consideram exitosas										
5.9 Estratégias e ações resultantes da articulação entre atividades e espaços externos para exposição, difusão e multiplicação dos produtos dos familiares										
5.10 Estratégias e ações de manutenção de canais de comunicação para sugestão, avaliações, críticas e denúncias de familiares										

6 Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-operativa – Trabalho com Território									
6.1 Participação nas atividades do território					AÇÕES NO TERRITÓRIO - COMUNITÁRIAS				
Data	Local	Estratégia (campanhas, competições, assembleias, palestras, ações de mobilização e conscientização,	Objetivos	Grau de Adesão e Participação (grau de mediação, pontos de conflito, etc.)	Resumo do Conteúdo (Conhecimentos trabalhados - 1) Técnico Específico: hidráulica, elétrica, panificação, etc.; 2) Direitos Sociais; 3) Território e Cidade; 4) Recreativas; 5) Físico-Esportivo, Corporais; 6) Artesanais; 7) Artístico-Culturais)	Resultados e Aquisições dos usuários (1. Respeito às diferenças e igualdades; 2. Oportunidade de crescimento no papel social e protagonismo; 3. Oportunidade de inclusão em políticas públicas; 4. Oportunidade de crescimento	Formas e Avaliação (instrumental, roda, etc.)	Profissionais do serviço envolvidos	Atores Externos Envolvidos (SMADS, Parceiro, Organização, Supervisão Contratada - horas técnicas, convidado,
6.2 Mapeamento dos recursos do território e os acionados no período					MAPA DE RECURSOS E PARCEIROS				
Nome da Unidade	Endereço	Tipo de Recurso (1. Saúde; 2. Educação; 3. Alimentação; 4. Esporte e Lazer; 5. Culturais; 6. Comunitários; 7. Coletivos; 8. Comércio e Serviços; 9. Outros-especificar)		Possibilidades de atuação junto ao serviço ou Objetivo da Parceria	Público-Alvo	Dados de Contatos	Formas de Acesso e Avaliação da Parceria (realizada à contento, não estabelecida, etc.)		
6.3 Estratégias adotadas e Articulação com outros serviços socioassistenciais, especificando quais e os objetivos									
6.4 Estratégias adotadas e Articulação com outros serviços de outras políticas, especificando quais e os objetivos									
6.5 Estratégias adotadas e Articulação para realização de eventos comunitários, passeios ou atividades externas com usuários/famílias									
6.6 Destaque para experiências e práticas que consideram exitosas									
7. OUTRAS INFORMAÇÕES - REGISTRO BREVE DE ORIENTAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS									
Anexos	Tipo					Observações (se necessário)			
1	Demes								
2	Extrato da Demes								
3	Relatório de Visita de Supervisão Técnica <i>in loco</i>								
4	Material Comprobatório (fotos, vídeos, listas de presenças, etc.)								
Dimensão	Providências (Orientações e Encaminhamentos)					Responsável (Gestor da Parceria/SMADS ou Serviço)			
Elaboração			Nomes legíveis				Assinaturas		
Gerente ou responsável legal	Data:	/ /							
Ciência:			Nomes legíveis				Assinaturas		
Gestor da parceria	Data:	/ /							

Distrito _____ CRAS/ CREAS/ C. POP Ref. _____ Período de Ref. _____ Capacidade: _____ Nº de Convenio: _____ Nº Proc. Adm. _____

TIPOLOGIA DO SERVIÇO: _____
 NOME DO SERVIÇO: _____
 ORGANIZAÇÃO SOCIAL: _____
 ENDEREÇO DA UNIDADE: _____
 TELEFONE 1: _____ TELEFONE 2: _____
 E-MAIL: _____

I. DIMENSÕES SUPERVISIONADAS, no Período de Referência					PONTUAÇÃO
1	Organização e Funcionamento – Espaço Físico	de 0 a 4 --> Insatisfatório	de 5 a 9 --> Satisfatório com Ressalva	de 10 a 16 --> Satisfatório	16
2	Organização e Funcionamento – Gestão dos Recursos Financeiros	de 0 a 1 --> Insatisfatório	de 2 a 4 --> Satisfatório com Ressalva	de 5 a 7 --> Satisfatório	7
3	Organização e Funcionamento – Gestão Administrativa	de 0 a 14 --> Insatisfatório	de 15 a 28 --> Satisfatório com Ressalva	de 29 a 42 --> Satisfatório	42
4	Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-operativa – Trabalho com Usuários	de 0 a 48 --> Insatisfatório	de 49 a 95 --> Satisfatório com Ressalva	de 96 a 142 --> Satisfatório	142
5	Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-operativa – Trabalho com Família	de 0 a 36 --> Insatisfatório	de 37 a 72 --> Satisfatório com Ressalva	de 73 a 108 --> Satisfatório	108
6	Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-operativa – Trabalho com Território	de 0 a 10 --> Insatisfatório	de 11 a 21 --> Satisfatório com Ressalva	de 22 a 34 --> Satisfatório	34
STATUS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SEMESTRAL (PONTUAÇÃO)					349

Observações: 1) As questões abaixo estão separadas por cada uma dessas dimensões, ao ser preenchido o bloco correspondente a pontuação será automaticamente colocada. No prazo de um semestre todas as questões devem ser respondidas. 2) Nas supervisões *in loco* devem ser preenchidas as dimensões e variáveis observadas no período, registrando orientações e encaminhamentos realizados, sendo assinadas pelos envolvidos no processo. Cópia deve ser deixada no serviço, posteriormente apresentada no Relatório de Execução do Objeto.

1. DIMENSÃO - Organização e Funcionamento – Espaço Físico					PONTUAÇÃO
VARIÁVEIS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO					RESPOSTAS
1.1. Ambiente organizado, limpo, acolhedor e aconchegante					2
0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalva 2. Satisfatório					
1.2. Imóvel com acessibilidade, como rampas e banheiro adaptado					2
0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalva 2. Satisfatório					
1.3. As adequações realizadas no espaço físico e eventualmente indicadas pela equipe de manutenção da SMADS					2
0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalva 2. Satisfatório					
1.4. Manutenção do espaço físico, tais como: pintura, jardinagem, paisagismo, grafite, elétrica, hidráulica, etc.					2
0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalva 2. Satisfatório					
1.5. Oferta de alimentação de forma satisfatória e em quantidade e qualidade adequada, de acordo com o Manual de Alimentação Saudável e Portaria 45.					2
0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalva 2. Satisfatório					
1.6. Guarda e estado de preservação dos alimentos, produtos de limpeza, higiene e correlatos					2
0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalva 2. Satisfatório					
1.7. Efetiva comunicação visual, esclarecendo o que é o serviço e que é realizado por meio de convênio com a PMSP/SMADS					2
0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalva 2. Satisfatório					
1.8. Efetiva comunicação social sobre transparência e prestação de contas, agenda das atividades, direitos dos usuários, campanhas e correlatos					2
0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalva 2. Satisfatório					
PONTUAÇÃO - 1. DIMENSÃO - Organização e Funcionamento – Espaço Físico					16
		Parâmetros	de 0 a 4 --> Insatisfatório	de 5 a 9 --> Satisfatório com Ressalva	de 10 a 16 --> Satisfatório

2. DIMENSÃO - Organização e Funcionamento – Gestão dos Recursos Financeiros					PONTUAÇÃO
VARIÁVEIS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO					RESPOSTAS
2.1. Acompanhamento da proposta de Flexibilização pelo gestor da parceria/SMADS					1
0. Não Acompanhou 1. Acompanhou 1. Não houve					
2. Os elementos de despesas e suas quantidades são compatíveis com a realidade e as atividades desenvolvidas pelo serviço					2
0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalva 2. Satisfatório					
2.3. Grau de Organização das informações administrativas sobre a gestão dos recursos financeiros que impacta na execução do serviço e na atividade de prestação de contas					2
0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalva 2. Satisfatório 2. Não se aplica					
2.4. Justificativa para gasto imprevisto ou fora do padrão apresentado até então pelo serviço					2
0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalva 2. Satisfatório 2. Não se aplica					
PONTUAÇÃO - 2. DIMENSÃO - Organização e Funcionamento – Gestão dos Recursos Financeiros					7
		Parâmetros:	de 0 a 1 --> Insatisfatório	de 2 a 4 --> Satisfatório com Ressalva	de 5 a 7 --> Satisfatório

3. DIMENSÃO - Organização e Funcionamento – Gestão Administrativa					PONTUAÇÃO
VARIÁVEIS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO					RESPOSTAS
3.1. Alteração no Quadro de RH com participação gestor da parceria/SMADS					1
0. Não participou 1. Participou 1. Não se aplica (não houve alteração)					
3.2. Quadro de Recursos Humanos em conformidade com edital, em termos de quantidade e qualificação					2
0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalva 2. Satisfatório					
3.3. Participação dos profissionais em ações formativas ocorridas no período, promovidas:					2
1. pelo Gestor da Parceria/ SMADS					
0. Não participou 1. Não houve ou participou em algumas 2. Participou					
2. pela própria Organização ou pela Supervisão Contratada (horas Técnicas)					2
0. Não participou 1. Não houve ou participou em algumas 2. Participou					
3. por Parceiros					2
0. Não participou 1. Não houve ou participou em algumas 2. Participou					
3.4. Participação em Supervisão Coletiva no período					2
0. Não participou 1. Não houve ou participou em algumas 2. Participou					
3.5. Em Supervisão <i>in loco</i> a organização propiciou diálogo:					3
1. Só com gestor ou funcionário designado 2. com Gestor e funcionários 3. com Gestor, funcionários e usuários					
3.6. Horário e dias de funcionamento do serviço em consonância com a Norma Técnica dos Serviços Socioassistenciais/Edital de chamamento					1
0. Não 1. Não, com justificativa e ciência do gestor da parceria (para atender perfil usuário/território) 1. Sim					
3.7. Ocorrência de reunião de equipe para discussão, alinhamento de procedimentos e planejamento entre os profissionais do serviço, com participação de:					2
1. Gestor da Parceria/SMADS					
0. Não participou 1. Não houve ou participou em algumas 2. Participou					
2. própria Organização ou Supervisão Contratada (horas Técnicas)					2
0. Não participou 1. Não houve ou participou em algumas 2. Participou					
3. Parceiros					2
0. Não participou 1. Não houve ou participou em algumas 2. Participou					
3.8. Questões gerenciais relacionadas à posturas de funcionários que influenciam na qualidade do serviço prestado					1
0. Existe nada foi feito 1. Existe foi tomada providências 1. Não Existe					
3.9. Organização para garantir registro e fluxo de informações sobre os usuários (prontuários, lista de presença, sistemas de usuários e funcionários, arquivo de documentos, etc.)					2
0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalva 2. Satisfatório					
3.10. Serviço estimula a participação em espaços de controle social ou defesa de direitos					2
1. Eventos Coletivos em Defesa de Direitos ou Conferências					
0. Não participou 1. Participa pontualmente 2. Participa Rotineiramente					
2. Trabalhadores formalmente participantes/eleitos como conselheiros.					2
0. Não participou 1. Participa pontualmente 2. Participa Rotineiramente					
3. Usuários formalmente participantes/eleitos como conselheiros.					2
0. Não participou 1. Participa pontualmente 2. Participa Rotineiramente					
4. Coletivos de Discussões, Assembleias, Mesas de Negociação, representação em fóruns, etc.					2
0. Não participa 1. Participa pontualmente 2. Participa Rotineiramente					
3.11. Revisão da grade de atividades a partir da avaliação das estratégias durante o período com:					2
1. Com Gestor da Parceria/SMADS					
0. Não realizou 1. Realizou de forma pontual 2. Realizou rotineiramente					
2. Com usuários					2
0. Não realizou 1. Realizou de forma pontual 2. Realizou rotineiramente					
2. Com as Famílias					2
0. Não realizou 1. Realizou de forma pontual 2. Realizou rotineiramente					
3. Com parceiros					2
0. Não realizou 1. Realizou de forma pontual 2. Realizou rotineiramente					
4. com atores locais ou de outros territórios					2
0. Não realizou 1. Realizou de forma pontual 2. Realizou rotineiramente					
PONTUAÇÃO - 3. DIMENSÃO - Organização e Funcionamento – Gestão Administrativa					42
		Parâmetros	de 0 a 14 --> Insatisfatório	de 15 a 28 --> Satisfatório com Ressalva	de 29 a 42 --> Satisfatório

4. DIMENSÃO - Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-operativa – Trabalho com Usuários

VARIÁVEIS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	RESPOSTAS
4.1. Construção das normas de convivência 0. Pela equipe do Serviço 1. Com equipe do Serviço e parte dos usuários 2. Em espaços participativos (Asssembléia, Conselho Gestor, etc.)	2
4.2. Discussão de Casos realizadas com participação de: 1. Gestor da Parceria/SMADS 0. Não participou 1. Não houve ou participou em algumas 2. Participou	2
2. pela Equipe ou pela Supervisão Contratada (horas Técnicas) 0. Não participou 1. Não houve ou participou em algumas 2. Participou	2
3. por Parceiros de Outras Políticas 0. Não participou 1. Não houve ou participou em algumas 2. Participou	2
4. por parceiros do território (líderes locais, etc.) 0. Não participou 1. Não houve ou participou em algumas 2. Participou	2
4.3. Atualização de registros de usuários, em sistemas, em relatórios, acompanhamentos, encaminhamentos, conforme normatizado 0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalvas 2. Satisfatório	2
4.4. Socialização de informações sobre usuários entre membros da equipe técnica 0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalvas 2. Satisfatório	2
4.5. Estratégias adotadas para inclusão/atualização de usuários no CadÚnico e outros programas de transferência de renda 1. Encaminhados para Unidades Estatais ou postos avançados 0. Não realizou 1. Realizou de forma pontual 2. Realizou	2
2. Articulação para atendimento no próprio serviço 0. Não realizou 1. Realizou de forma pontual 2. Realizou 2. Não foi atendido/ contemplado	2
4.7. O serviços identifica e atua nas relações que são fonte de apoio e afeto para os usuários (mapa das relações e vínculos afetivos) 0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalvas 2. Satisfatório	2
4.8. Participação dos usuários nas decisões dos projetos de revitalização/manutenção do espaço institucional 0. Não participa 1. Sim, com equipe do Serviço e parte dos usuários 2. Sim, Em espaços participativos (Asssembléia, Conselho Gestor, etc.) ou formativos (oficinas, cursos, et)	2
4.9. Aquisição dos usuários por meio de oficinas, palestras, cursos, grupos, etc., sobre conhecimentos técnicos específicos (hidráulica, elétrica, cabelereiro, design, etc) 1. Respeito às diferenças e igualdades 0. A maioria dos usuários participantes não teve nenhuma oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis. 1. Os usuários participantes tiveram algumas oportunidades de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis. 2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis e houve algum impacto na mudança de atitudes.	2
2. Oportunidade de crescimento no papel social e protagonismo 0. A maioria dos usuários participantes não tiveram oportunidade de expor suas ideias e pensamentos. 1. Alguns participantes tiveram algumas oportunidades de expor suas ideias e pensamentos sobre poucos temas e regras sociais, mas, na maior parte do tempo, a exposição era do condutor da atividade. 2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de expor suas ideias e pensamentos sobre diversos temas e regras sociais.	2
3. Oportunidade de inclusão em políticas públicas 0. Não houve oportunidade de esclarecimento sobre direitos em políticas sociais ou, foram apresentados, mas não houve mudança na inserção nesses espaços. 1. Os usuários participantes foram esclarecidos somente sobre alguns direitos em políticas sociais e/ou não houve mudança significativa na inserção nesses espaços e/ou não houve acompanhamento dessa inclusão. 2. A maioria dos usuários participantes foi esclarecida sobre seus direitos nas diversas políticas sociais e houve uma busca por inclusão nesses espaços.	2
4. Oportunidade de crescimento individual 0. Apesar de participarem de atividades práticas ou que versavam sobre hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo não houve adesão e/ou não houve nenhuma mudança em hábitos e/ou na auto- 1. Os usuários tiveram oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e/ou houve pouca mudança em hábitos e/ou na auto-imagem. 2. A maioria dos usuários teve oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e houve mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.	2
5. Identidade coletiva (questões relacionadas a, por exemplo, ser idoso, migrante, negro, sem-teto, ser mulher, etc.) 0. Não houve debate sobre processos identitários. 1. Os usuários tiveram algumas poucas oportunidades de debater sobre processos identitários e/ou não houve acréscimo de reconhecimento como sujeito de direitos e/ou sentimento de pertença. 2. A maioria dos usuários teve oportunidade de debater sobre processos identitários e se reconhecer como sujeito de direitos e parte de um coletivo.	2
6. Convívio social 0. Não houve oportunidade dos usuários de exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, embora tenha ou não havido momentos de prazer, diversão e relaxamento. 1. Poucos usuários puderam exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, tendo ou não momentos de prazer, diversão e relaxamento. 2. A maioria dos usuários pode exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades e momentos de prazer, diversão e relaxamento.	2
7. Trabalho e renda 0. Não foram propiciadas oportunidades para os usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais. 1. Foram propiciadas poucas oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e/ou, apesar dos debates não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais. 2. Houve oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e procurar alternativas produtivas em conjunto ou individuais.	2
4.10. Aquisição dos usuários por meio de oficinas, palestras, cursos, grupos, etc., sobre conhecimentos dos direitos sociais 1. Respeito às diferenças e igualdades 0. A maioria dos usuários participantes não teve nenhuma oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis. 1. Os usuários participantes tiveram algumas oportunidades de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis. 2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis e houve algum impacto na mudança de atitudes.	2
2. Oportunidade de crescimento no papel social e protagonismo 0. A maioria dos usuários participantes não tiveram oportunidade de expor suas ideias e pensamentos. 1. Alguns participantes tiveram algumas oportunidades de expor suas ideias e pensamentos sobre poucos temas e regras sociais, mas, na maior parte do tempo, a exposição era do condutor da atividade. 2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de expor suas ideias e pensamentos sobre diversos temas e regras sociais.	2
3. Oportunidade de inclusão em políticas públicas 0. Não houve oportunidade de esclarecimento sobre direitos em políticas sociais ou, foram apresentados, mas não houve mudança na inserção nesses espaços. 1. Os usuários participantes foram esclarecidos somente sobre alguns direitos em políticas sociais e/ou não houve mudança significativa na inserção nesses espaços e/ou não houve acompanhamento dessa inclusão. 2. A maioria dos usuários participantes foi esclarecida sobre seus direitos nas diversas políticas sociais e houve uma busca por inclusão nesses espaços.	2
4. Oportunidade de crescimento individual 0. Apesar de participarem de atividades práticas ou que versavam sobre hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo não houve adesão e/ou não houve nenhuma mudança em hábitos e/ou na auto- 1. Os usuários tiveram oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e/ou houve pouca mudança em hábitos e/ou na auto-imagem. 2. A maioria dos usuários teve oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e houve mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.	2
5. Identidade coletiva (questões relacionadas a, por exemplo, ser idoso, migrante, negro, sem-teto, ser mulher, etc.) 0. Não houve debate sobre processos identitários. 1. Os usuários tiveram algumas poucas oportunidades de debater sobre processos identitários e/ou não houve acréscimo de reconhecimento como sujeito de direitos e/ou sentimento de pertença. 2. A maioria dos usuários teve oportunidade de debater sobre processos identitários e se reconhecer como sujeito de direitos e parte de um coletivo.	2
6. Convívio social 0. Não houve oportunidade dos usuários de exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, embora tenha ou não havido momentos de prazer, diversão e relaxamento. 1. Poucos usuários puderam exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, tendo ou não momentos de prazer, diversão e relaxamento. 2. A maioria dos usuários pode exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades e momentos de prazer, diversão e relaxamento.	2
7. Trabalho e renda 0. Não foram propiciadas oportunidades para os usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais. 1. Foram propiciadas poucas oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e/ou, apesar dos debates não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais. 2. Houve oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e procurar alternativas produtivas em conjunto ou individuais.	2

4.11. Aquisição dos usuários por meio de oficinas, palestras, cursos, grupos, etc., sobre conhecimentos do território e da cidade			
1. Respeito às diferenças e igualdades			
0. A maioria dos usuários participantes não teve nenhuma oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.	1. Os usuários participantes tiveram algumas oportunidades de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.	2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis e houve algum impacto na mudança de atitudes.	2
2. Oportunidade de crescimento no papel social e protagonismo			
0. A maioria dos usuários participantes não tiveram oportunidade de expor suas ideias e pensamentos.	1. Alguns participantes tiveram algumas oportunidades de expor suas ideias e pensamentos sobre poucos temas e regras sociais, mas, na maior parte do tempo, a exposição era do condutor da atividade.	2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de expor suas ideias e pensamentos sobre diversos temas e regras sociais.	2
3. Oportunidade de inclusão em políticas públicas			
0. Não houve oportunidade de esclarecimento sobre direitos em políticas sociais ou, foram apresentados, mas não houve mudança na inserção nesses espaços.	1. Os usuários participantes foram esclarecidos somente sobre alguns direitos em políticas sociais e/ou não houve mudança significativa na inserção nesses espaços e/ou não houve acompanhamento dessa inclusão.	2. A maioria dos usuários participantes foi esclarecida sobre seus direitos nas diversas políticas sociais e houve uma busca por inclusão nesses espaços.	2
4. Oportunidade de crescimento individual			
0. Apesar de participarem de atividades práticas ou que versavam sobre hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo não houve adesão e/ou não houve nenhuma mudança em hábitos e/ou na auto-	1. Os usuários tiveram oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e/ou houve pouca mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.	2. A maioria dos usuários teve oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e houve mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.	2
5. Identidade coletiva (questões relacionadas a, por exemplo, ser idoso, migrante, negro, sem-teto, ser mulher, etc.)			
0. Não houve debate sobre processos identitários.	1. Os usuários tiveram algumas poucas oportunidades de debater sobre processos identitários e/ou não houve acréscimo de reconhecimento como sujeito de direitos e/ou sentimento de pertença.	2. A maioria dos usuários teve oportunidade de debater sobre processos identitários e se reconhecer como sujeito de direitos e parte de um coletivo.	2
6. Convívio social			
0. Não houve oportunidade dos usuários de exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, embora tenha ou não havido momentos de prazer, diversão e relaxamento.	1. Poucos usuários puderam exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, tendo ou não momentos de prazer, diversão e relaxamento.	2. A maioria dos usuários pode exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades e momentos de prazer, diversão e relaxamento.	2
7. Trabalho e renda			
0. Não foram propiciadas oportunidades para os usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais.	1. Foram propiciadas poucas oportunidades dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e/ou, apesar dos debates não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais.	2. Houve oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e procurar alternativas produtivas em conjunto ou individuais.	2
4.12. Aquisição dos usuários por meio de oficinas, palestras, cursos, grupos, etc., sobre atividades recreativas			
1. Respeito às diferenças e igualdades			
0. A maioria dos usuários participantes não teve nenhuma oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.	1. Os usuários participantes tiveram algumas oportunidades de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.	2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis e houve algum impacto na mudança de atitudes.	2
2. Oportunidade de crescimento no papel social e protagonismo			
0. A maioria dos usuários participantes não tiveram oportunidade de expor suas ideias e pensamentos.	1. Alguns participantes tiveram algumas oportunidades de expor suas ideias e pensamentos sobre poucos temas e regras sociais, mas, na maior parte do tempo, a exposição era do condutor da atividade.	2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de expor suas ideias e pensamentos sobre diversos temas e regras sociais.	2
3. Oportunidade de inclusão em políticas públicas			
0. Não houve oportunidade de esclarecimento sobre direitos em políticas sociais ou, foram apresentados, mas não houve mudança na inserção nesses espaços.	1. Os usuários participantes foram esclarecidos somente sobre alguns direitos em políticas sociais e/ou não houve mudança significativa na inserção nesses espaços e/ou não houve acompanhamento dessa inclusão.	2. A maioria dos usuários participantes foi esclarecida sobre seus direitos nas diversas políticas sociais e houve uma busca por inclusão nesses espaços.	2
4. Oportunidade de crescimento individual			
0. Apesar de participarem de atividades práticas ou que versavam sobre hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo não houve adesão e/ou não houve nenhuma mudança em hábitos e/ou na auto-	1. Os usuários tiveram oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e/ou houve pouca mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.	2. A maioria dos usuários teve oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e houve mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.	2
5. Identidade coletiva (questões relacionadas a, por exemplo, ser idoso, migrante, negro, sem-teto, ser mulher, etc.)			
0. Não houve debate sobre processos identitários.	1. Os usuários tiveram algumas poucas oportunidades de debater sobre processos identitários e/ou não houve acréscimo de reconhecimento como sujeito de direitos e/ou sentimento de pertença.	2. A maioria dos usuários teve oportunidade de debater sobre processos identitários e se reconhecer como sujeito de direitos e parte de um coletivo.	2
6. Convívio social			
0. Não houve oportunidade dos usuários de exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, embora tenha ou não havido momentos de prazer, diversão e relaxamento.	1. Poucos usuários puderam exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, tendo ou não momentos de prazer, diversão e relaxamento.	2. A maioria dos usuários pode exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades e momentos de prazer, diversão e relaxamento.	2
7. Trabalho e renda			
0. Não foram propiciadas oportunidades para os usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais.	1. Foram propiciadas poucas oportunidades dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e/ou, apesar dos debates não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais.	2. Houve oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e procurar alternativas produtivas em conjunto ou individuais.	2
4.13. Aquisição dos usuários por meio de oficinas, palestras, cursos, grupos, etc., sobre atividades físico-esportivas ou corporais			
1. Respeito às diferenças e igualdades			
0. A maioria dos usuários participantes não teve nenhuma oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.	1. Os usuários participantes tiveram algumas oportunidades de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.	2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis e houve algum impacto na mudança de atitudes.	2
2. Oportunidade de crescimento no papel social e protagonismo			
0. A maioria dos usuários participantes não tiveram oportunidade de expor suas ideias e pensamentos.	1. Alguns participantes tiveram algumas oportunidades de expor suas ideias e pensamentos sobre poucos temas e regras sociais, mas, na maior parte do tempo, a exposição era do condutor da atividade.	2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de expor suas ideias e pensamentos sobre diversos temas e regras sociais.	2
3. Oportunidade de inclusão em políticas públicas			
0. Não houve oportunidade de esclarecimento sobre direitos em políticas sociais ou, foram apresentados, mas não houve mudança na inserção nesses espaços.	1. Os usuários participantes foram esclarecidos somente sobre alguns direitos em políticas sociais e/ou não houve mudança significativa na inserção nesses espaços e/ou não houve acompanhamento dessa inclusão.	2. A maioria dos usuários participantes foi esclarecida sobre seus direitos nas diversas políticas sociais e houve uma busca por inclusão nesses espaços.	2
4. Oportunidade de crescimento individual			
0. Apesar de participarem de atividades práticas ou que versavam sobre hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo não houve adesão e/ou não houve nenhuma mudança em hábitos e/ou na auto-	1. Os usuários tiveram oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e/ou houve pouca mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.	2. A maioria dos usuários teve oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e houve mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.	2
5. Identidade coletiva (questões relacionadas a, por exemplo, ser idoso, migrante, negro, sem-teto, ser mulher, etc.)			
0. Não houve debate sobre processos identitários.	1. Os usuários tiveram algumas poucas oportunidades de debater sobre processos identitários e/ou não houve acréscimo de reconhecimento como sujeito de direitos e/ou sentimento de pertença.	2. A maioria dos usuários teve oportunidade de debater sobre processos identitários e se reconhecer como sujeito de direitos e parte de um coletivo.	2
6. Convívio social			
0. Não houve oportunidade dos usuários de exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, embora tenha ou não havido momentos de prazer, diversão e relaxamento.	1. Poucos usuários puderam exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, tendo ou não momentos de prazer, diversão e relaxamento.	2. A maioria dos usuários pode exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades e momentos de prazer, diversão e relaxamento.	2
7. Trabalho e renda			
0. Não foram propiciadas oportunidades para os usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais.	1. Foram propiciadas poucas oportunidades dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e/ou, apesar dos debates não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais.	2. Houve oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e procurar alternativas produtivas em conjunto ou individuais.	2

4.14. Aquisição dos usuários por meio de oficinas, palestras, cursos, grupos, etc., sobre atividades artesanais	<p>1. Respeito às diferenças e igualdades</p> <p>0. A maioria dos usuários participantes não teve nenhuma oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.</p> <p>1. Os usuários participantes tiveram algumas oportunidades de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.</p> <p>2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis e houve algum impacto na mudança de atitudes.</p>	2			
<p>2. Oportunidade de crescimento no papel social e protagonismo</p> <p>0. A maioria dos usuários participantes não tiveram oportunidade de expor suas ideias e pensamentos.</p> <p>1. Alguns participantes tiveram algumas oportunidades de expor suas ideias e pensamentos sobre poucos temas e regras sociais, mas, na maior parte do tempo, a exposição era do condutor da atividade.</p> <p>2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de expor suas ideias e pensamentos sobre diversos temas e regras sociais.</p>		2			
<p>3. Oportunidade de inclusão em políticas públicas</p> <p>0. Não houve oportunidade de esclarecimento sobre direitos em políticas sociais ou, foram apresentados, mas não houve mudança na inserção nesses espaços.</p> <p>1. Os usuários participantes foram esclarecidos somente sobre alguns direitos em políticas sociais e/ou não houve mudança significativa na inserção nesses espaços e/ou não houve acompanhamento dessa inclusão.</p> <p>2. A maioria dos usuários participantes foi esclarecida sobre seus direitos nas diversas políticas sociais e houve uma busca por inclusão nesses espaços.</p>		2			
<p>4. Oportunidade de crescimento individual</p> <p>0. Apesar de participarem de atividades práticas ou que versavam sobre hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo não houve adesão e/ou não houve nenhuma mudança em hábitos e/ou na auto-</p> <p>1. Os usuários tiveram oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e/ou houve pouca mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.</p> <p>2. A maioria dos usuários teve oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e houve mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.</p>		2			
<p>5. Identidade coletiva (questões relacionadas a, por exemplo, ser idoso, migrante, negro, sem-teto, ser mulher, etc.)</p> <p>0. Não houve debate sobre processos identitários.</p> <p>1. Os usuários tiveram algumas poucas oportunidades de debater sobre processos identitários e/ou não houve acréscimo de reconhecimento como sujeito de direitos e/ou sentimento de pertença.</p> <p>2. A maioria dos usuários teve oportunidade de debater sobre processos identitários e se reconhecer como sujeito de direitos e parte de um coletivo.</p>		2			
<p>6. Convívio social</p> <p>0. Não houve oportunidade dos usuários de exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, embora tenha ou não havido momentos de prazer, diversão e relaxamento.</p> <p>1. Poucos usuários puderam exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, tendo ou não momentos de prazer, diversão e relaxamento.</p> <p>2. A maioria dos usuários pode exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades e momentos de prazer, diversão e relaxamento.</p>		2			
<p>7. Trabalho e renda</p> <p>0. Não foram propiciadas oportunidades para os usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais.</p> <p>1. Foram propiciadas poucas oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e/ou, apesar dos debates não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais.</p> <p>2. Houve oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e procurar alternativas produtivas em conjunto ou individuais.</p>		2			
4.15. Aquisição dos usuários por meio de oficinas, palestras, cursos, grupos, etc., sobre conhecimentos artístico-culturais	<p>1. Respeito às diferenças e igualdades</p> <p>0. A maioria dos usuários participantes não teve nenhuma oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.</p> <p>1. Os usuários participantes tiveram algumas oportunidades de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.</p> <p>2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis e houve algum impacto na mudança de atitudes.</p>	2			
<p>2. Oportunidade de crescimento no papel social e protagonismo</p> <p>0. A maioria dos usuários participantes não tiveram oportunidade de expor suas ideias e pensamentos.</p> <p>1. Alguns participantes tiveram algumas oportunidades de expor suas ideias e pensamentos sobre poucos temas e regras sociais, mas, na maior parte do tempo, a exposição era do condutor da atividade.</p> <p>2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de expor suas ideias e pensamentos sobre diversos temas e regras sociais.</p>		2			
<p>3. Oportunidade de inclusão em políticas públicas</p> <p>0. Não houve oportunidade de esclarecimento sobre direitos em políticas sociais ou, foram apresentados, mas não houve mudança na inserção nesses espaços.</p> <p>1. Os usuários participantes foram esclarecidos somente sobre alguns direitos em políticas sociais e/ou não houve mudança significativa na inserção nesses espaços e/ou não houve acompanhamento dessa inclusão.</p> <p>2. A maioria dos usuários participantes foi esclarecida sobre seus direitos nas diversas políticas sociais e houve uma busca por inclusão nesses espaços.</p>		2			
<p>4. Oportunidade de crescimento individual</p> <p>0. Apesar de participarem de atividades práticas ou que versavam sobre hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo não houve adesão e/ou não houve nenhuma mudança em hábitos e/ou na auto-</p> <p>1. Os usuários tiveram oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e/ou houve pouca mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.</p> <p>2. A maioria dos usuários teve oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e houve mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.</p>		2			
<p>5. Identidade coletiva (questões relacionadas a, por exemplo, ser idoso, migrante, negro, sem-teto, ser mulher, etc.)</p> <p>0. Não houve debate sobre processos identitários.</p> <p>1. Os usuários tiveram algumas poucas oportunidades de debater sobre processos identitários e/ou não houve acréscimo de reconhecimento como sujeito de direitos e/ou sentimento de pertença.</p> <p>2. A maioria dos usuários teve oportunidade de debater sobre processos identitários e se reconhecer como sujeito de direitos e parte de um coletivo.</p>		2			
<p>6. Convívio social</p> <p>0. Não houve oportunidade dos usuários de exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, embora tenha ou não havido momentos de prazer, diversão e relaxamento.</p> <p>1. Poucos usuários puderam exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, tendo ou não momentos de prazer, diversão e relaxamento.</p> <p>2. A maioria dos usuários pode exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades e momentos de prazer, diversão e relaxamento.</p>		2			
<p>7. Trabalho e renda</p> <p>0. Não foram propiciadas oportunidades para os usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais.</p> <p>1. Foram propiciadas poucas oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e/ou, apesar dos debates não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais.</p> <p>2. Houve oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e procurar alternativas produtivas em conjunto ou individuais.</p>		2			
4.16. Realização de atividades externas	<p>1. Espaços culturais e artísticos dentro da comunidade (Pontos de Cultura, Bibliotecas, Roda de Samba, etc.)</p> <p>0. Não realizou 1. Realizou de forma pontual 2. Realizou rotineiramente</p> <p>2. Museus, Galerias, Patrimônios tombados, Parques, etc. da cidade</p> <p>0. Não realizou 1. Realizou de forma pontual 2. Realizou rotineiramente</p> <p>3. Parques temáticos, espaços recreativos, etc.</p> <p>0. Não realizou 1. Realizou de forma pontual 2. Realizou rotineiramente</p> <p>4. Viagens, outros municípios</p> <p>0. Não realizou 1. Realizou de forma pontual 2. Realizou rotineiramente</p>	2			
4.17. As atividades desenvolvidas no serviço respeitam o princípio da laicidade e da diversidade religiosa dos usuários	<p>0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalvas 2. Satisfatório</p>	2			
4.18. Mediação dos conflitos durante as atividades realizadas:	<p>0. Exclusiva pelos Profissionais 1. Pelos Profissionais e usuários 2. Pelos próprios usuários 1. Não Existam</p>	2			
4.19. Participação dos usuários durante as atividades, em especial dos mais passivos ou tímidos	<p>0. Com alto grau de intervenção dos profissionais 1. Com médio grau de intervenção dos profissionais 2. Com baixo grau de intervenção dos profissionais</p>	2			
4.20. Articulação entre atividades e espaços externos para exposição, difusão e multiplicação dos produtos dos usuários	<p>0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalvas 2. Satisfatório</p>	2			
4.21. Existência e manutenção de canais de comunicação para sugestão, avaliações, críticas e denúncias de usuários com preservação de identidade/ sigilo	<p>0. Insatisfatório 1. Satisfatório com Ressalvas 2. Satisfatório</p>	2			
4.22. Intensidade das intervenções dos profissionais durante as atividades para romper com preconceitos, desigualdades e paradigmas	<p>0. Alto grau de intervenção dos profissionais 1. Médio grau de intervenção dos profissionais 2. Baixo grau de intervenção dos profissionais</p>	2			
4.23. Mecanismos para avaliação das atividades desenvolvidas pelo serviços	<p>0. Não possui 1. Roda de Conversas 1. Instrumental de avaliação 2. Rodas de Conversas, Instrumentais e outros meios</p>	2			
4. DIMENSÃO - Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-operativa – Trabalho com Usuários	Parâmetros	de 0 a 48 --> Insatisfatório	de 49 a 95 --> Satisfatório com Ressalva	de 96 a 142 --> Satisfatório	142

5. DIMENSÃO - Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-operativa – Trabalho com Famílias			RESPOSTAS
VARIÁVEIS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO			
5.1. Discussão de Casos (do acompanhamento da família) realizadas com participação de:			
1. Gestor da Parceria/SMADS 0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou	2
2. pela Equipe ou pela Supervisão Contratada (horas Técnicas) 0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou	2
3. por Parceiros de Outras Políticas 0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou	2
4. por parceiros do território (líderes locais, etc.) 0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou	2
5.2. O serviços identifica e atua nas relações que são fonte de apoio e afeto para as famílias (mapa das relações e vínculos afetivos) 0. Insatisfatório			2
1. Satisfatório com Ressalvas			
2. Satisfatório			
5.3. Participação das famílias nas decisões sobre projetos de revitalização/manutenção do espaço institucional 0. Pela equipe do Serviço			2
1. Com equipe do Serviço e parte dos usuários			
2. Em espaços participativos (Assssembléia, Conselho Gestor, etc.)			
5.4. Aquisição dos familiares por meio de oficinas, palestras, cursos, grupos, etc., sobre conhecimentos dos direitos sociais			
1. Respeito às diferenças e igualdades			
0. A maioria dos usuários participantes não teve nenhuma oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.	1. Os usuários participantes tiveram algumas oportunidades de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.	2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis e houve algum impacto na mudança de atitudes.	2
2. Oportunidade de crescimento no papel social e protagonismo			
0. A maioria dos usuários participantes não tiveram oportunidade de expor suas ideias e pensamentos.	1. Alguns participantes tiveram algumas oportunidades de expor suas ideias e pensamentos sobre poucos temas e regras sociais, mas, na maior parte do tempo, a exposição era do condutor da atividade.	2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de expor suas ideias e pensamentos sobre diversos temas e regras sociais.	2
3. Oportunidade de inclusão em políticas públicas			
0. Não houve oportunidade de esclarecimento sobre direitos em políticas sociais ou, foram apresentados, mas não houve mudança na inserção nesses espaços.	1. Os usuários participantes foram esclarecidos somente sobre alguns direitos em políticas sociais e/ou não houve mudança significativa na inserção nesses espaços e/ou não houve acompanhamento dessa inclusão.	2. A maioria dos usuários participantes foi esclarecida sobre seus direitos nas diversas políticas sociais e houve uma busca por inclusão nesses espaços.	2
4. Oportunidade de crescimento individual			
0. Apesar de participarem de atividades práticas ou que versavam sobre hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo não houve adesão e/ou não houve nenhuma mudança em hábitos e/ou na auto-	1. Os usuários tiveram oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e/ou houve pouca mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.	2. A maioria dos usuários teve oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e houve mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.	2
5. Identidade coletiva (questões relacionadas a, por exemplo, ser idoso, migrante, negro, sem-teto, ser mulher, etc.)			
0. Não houve debate sobre processos identitários.	1. Os usuários tiveram algumas poucas oportunidades de debater sobre processos identitários e/ou não houve acréscimo de reconhecimento como sujeito de direitos e/ou sentimento de pertença.	2. A maioria dos usuários teve oportunidade de debater sobre processos identitários e se reconhecer como sujeito de direitos e parte de um coletivo.	2
6. Convívio social			
0. Não houve oportunidade dos usuários de exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, embora tenha ou não havido momentos de prazer, diversão e relaxamento.	1. Poucos usuários puderam exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, tendo ou não momentos de prazer, diversão e relaxamento.	2. A maioria dos usuários pode exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades e momentos de prazer, diversão e relaxamento.	2
7. Trabalho e renda			
0. Não foram propiciadas oportunidades para os usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais.	1. Foram propiciadas poucas oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e/ou, apesar dos debates não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais.	2. Houve oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e procurar alternativas produtivas em conjunto ou individuais.	2
5.5. Aquisição dos familiares por meio de oficinas, palestras, cursos, grupos, etc., sobre conhecimentos do território e da cidade			
1. Respeito às diferenças e igualdades			
0. A maioria dos usuários participantes não teve nenhuma oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.	1. Os usuários participantes tiveram algumas oportunidades de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.	2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis e houve algum impacto na mudança de atitudes.	2
2. Oportunidade de crescimento no papel social e protagonismo			
0. A maioria dos usuários participantes não tiveram oportunidade de expor suas ideias e pensamentos.	1. Alguns participantes tiveram algumas oportunidades de expor suas ideias e pensamentos sobre poucos temas e regras sociais, mas, na maior parte do tempo, a exposição era do condutor da atividade.	2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de expor suas ideias e pensamentos sobre diversos temas e regras sociais.	2
3. Oportunidade de inclusão em políticas públicas			
0. Não houve oportunidade de esclarecimento sobre direitos em políticas sociais ou, foram apresentados, mas não houve mudança na inserção nesses espaços.	1. Os usuários participantes foram esclarecidos somente sobre alguns direitos em políticas sociais e/ou não houve mudança significativa na inserção nesses espaços e/ou não houve acompanhamento dessa inclusão.	2. A maioria dos usuários participantes foi esclarecida sobre seus direitos nas diversas políticas sociais e houve uma busca por inclusão nesses espaços.	2
4. Oportunidade de crescimento individual			
0. Apesar de participarem de atividades práticas ou que versavam sobre hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo não houve adesão e/ou não houve nenhuma mudança em hábitos e/ou na auto-	1. Os usuários tiveram oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e/ou houve pouca mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.	2. A maioria dos usuários teve oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e houve mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.	2
5. Identidade coletiva (questões relacionadas a, por exemplo, ser idoso, migrante, negro, sem-teto, ser mulher, etc.)			
0. Não houve debate sobre processos identitários.	1. Os usuários tiveram algumas poucas oportunidades de debater sobre processos identitários e/ou não houve acréscimo de reconhecimento como sujeito de direitos e/ou sentimento de pertença.	2. A maioria dos usuários teve oportunidade de debater sobre processos identitários e se reconhecer como sujeito de direitos e parte de um coletivo.	2
6. Convívio social			
0. Não houve oportunidade dos usuários de exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, embora tenha ou não havido momentos de prazer, diversão e relaxamento.	1. Poucos usuários puderam exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, tendo ou não momentos de prazer, diversão e relaxamento.	2. A maioria dos usuários pode exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades e momentos de prazer, diversão e relaxamento.	2
7. Trabalho e renda			
0. Não foram propiciadas oportunidades para os usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais.	1. Foram propiciadas poucas oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e/ou, apesar dos debates não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais.	2. Houve oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e procurar alternativas produtivas em conjunto ou individuais.	2
5.6. Aquisição dos familiares por meio de oficinas, palestras, cursos, grupos, etc., sobre atividades recreativas, festivas, passeios, eventos			
1. Respeito às diferenças e igualdades			
0. A maioria dos usuários participantes não teve nenhuma oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.	1. Os usuários participantes tiveram algumas oportunidades de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.	2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis e houve algum impacto na mudança de atitudes.	2
2. Oportunidade de crescimento no papel social e protagonismo			
0. A maioria dos usuários participantes não tiveram oportunidade de expor suas ideias e pensamentos.	1. Alguns participantes tiveram algumas oportunidades de expor suas ideias e pensamentos sobre poucos temas e regras sociais, mas, na maior parte do tempo, a exposição era do condutor da atividade.	2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de expor suas ideias e pensamentos sobre diversos temas e regras sociais.	2
3. Oportunidade de inclusão em políticas públicas			
0. Não houve oportunidade de esclarecimento sobre direitos em políticas sociais ou, foram apresentados, mas não houve mudança na inserção nesses espaços.	1. Os usuários participantes foram esclarecidos somente sobre alguns direitos em políticas sociais e/ou não houve mudança significativa na inserção nesses espaços e/ou não houve acompanhamento dessa inclusão.	2. A maioria dos usuários participantes foi esclarecida sobre seus direitos nas diversas políticas sociais e houve uma busca por inclusão nesses espaços.	2
4. Oportunidade de crescimento individual			
0. Apesar de participarem de atividades práticas ou que versavam sobre hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo não houve adesão e/ou não houve nenhuma mudança em hábitos e/ou na auto-	1. Os usuários tiveram oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e/ou houve pouca mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.	2. A maioria dos usuários teve oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e houve mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.	2
5. Identidade coletiva (questões relacionadas a, por exemplo, ser idoso, migrante, negro, sem-teto, ser mulher, etc.)			
0. Não houve debate sobre processos identitários.	1. Os usuários tiveram algumas poucas oportunidades de debater sobre processos identitários e/ou não houve acréscimo de reconhecimento como sujeito de direitos e/ou sentimento de pertença.	2. A maioria dos usuários teve oportunidade de debater sobre processos identitários e se reconhecer como sujeito de direitos e parte de um coletivo.	2
6. Convívio social			
0. Não houve oportunidade dos usuários de exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, embora tenha ou não havido momentos de prazer, diversão e relaxamento.	1. Poucos usuários puderam exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades, tendo ou não momentos de prazer, diversão e relaxamento.	2. A maioria dos usuários pode exercitar momentos de fala e escuta, convívio com diferentes ciclos etários, respeitar e ser respeitado nas individualidades e momentos de prazer, diversão e relaxamento.	2
7. Trabalho e renda			
0. Não foram propiciadas oportunidades para os usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais.	1. Foram propiciadas poucas oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e/ou, apesar dos debates não houve busca alternativas produtivas em conjunto e/ou individuais.	2. Houve oportunidade dos usuários debaterem suas questões de trabalho e renda e procurar alternativas produtivas em conjunto ou individuais.	2

5.7. Aquisição dos familiares por meio de oficinas, palestras, cursos, grupos, etc., sobre atividades artesanais, artísticas, culturais				
1. Respeito às diferenças e igualdades				
0. A maioria dos usuários participantes não teve nenhuma oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.	1. Os usuários participantes tiveram algumas oportunidades de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis.	2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de debater temas relacionados ao preconceito de gênero, etnia, religião, classe social e/ou demais grupos vulneráveis e houve algum impacto na mudança de atitudes.		2
2. Oportunidade de crescimento no papel social e protagonismo				
0. A maioria dos usuários participantes não tiveram oportunidade de expor suas ideias e pensamentos.	1. Alguns participantes tiveram algumas oportunidades de expor suas ideias e pensamentos sobre poucos temas e regras sociais, mas, na maior parte do tempo, a exposição era do condutor da atividade.	2. A maioria dos usuários participantes teve muita oportunidade de expor suas ideias e pensamentos sobre diversos temas e regras sociais.		2
3. Oportunidade de inclusão em políticas públicas				
0. Não houve oportunidade de esclarecimento sobre direitos em políticas sociais ou, foram apresentados, mas não houve mudança na inserção nesses espaços.	1. Os usuários participantes foram esclarecidos somente sobre alguns direitos em políticas sociais e/ou não houve mudança significativa na inserção nesses espaços e/ou não houve acompanhamento dessa inclusão.	2. A maioria dos usuários participantes foi esclarecida sobre seus direitos nas diversas políticas sociais e houve uma busca por inclusão nesses espaços.		2
4. Oportunidade de crescimento individual				
0. Apesar de participarem de atividades práticas ou que versavam sobre hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo não houve adesão e/ou não houve nenhuma mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.	1. Os usuários tiveram oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e/ou houve pouca mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.	2. A maioria dos usuários teve oportunidade de aprender ou praticar hábitos mais saudáveis com relação a seu corpo e houve mudança em hábitos e/ou na auto-imagem.		2
5. Identidade coletiva (questões relacionadas a, por exemplo, ser idoso, migrante, negro, sem-teto, ser mulher, etc.)				
0. Não houve debate sobre processos identitários.	1. Os usuários tiveram algumas poucas oportunidades de debater sobre processos identitários e/ou não houve acréscimo de reconhecimento como sujeito de direitos e/ou sentimento de pertença.	2. A maioria dos usuários teve oportunidade de debater sobre processos identitários e se reconhecer como sujeito de direitos e parte de um coletivo.		2
5.8. Realização de atividades voltadas para o desenvolvimento de habilidades de socialização e convívio social por meio de atividades socioeducativas ou atendimento em grupo				
1. Conhecimento de direitos sociais				2
0. Não realizou	1. Realizou de forma pontual	2. Realizou rotineiramente		
2. Conhecimento da rede de serviços socioassistenciais				2
0. Não realizou	1. Realizou de forma pontual	2. Realizou rotineiramente		
3. Conhecimento do território e da cidade				2
0. Não realizou	1. Realizou de forma pontual	2. Realizou rotineiramente		
4. Debate entre usuários e busca de soluções para problemas comuns				2
0. Não realizou	1. Realizou de forma pontual	2. Realizou rotineiramente		
5. Campeonato, Jogos Cooperativos, Show de Talentos, Gincanas, Concursos, etc.				2
0. Não realizou	1. Realizou de forma pontual	2. Realizou rotineiramente		
6. Eventos, Passeios, Festas comemorativas e comunitários				2
0. Não realizou	1. Realizou de forma pontual	2. Realizou rotineiramente		
5.9. Realização de Visitas domiciliares				
1. Para vinculação ao serviço				2
0. Não realizou	1. Realizou de forma pontual	2. Realizou rotineiramente		
2. Para acompanhamento de casos				2
0. Não realizou	1. Realizou de forma pontual	2. Realizou rotineiramente		
3. Para desligamento				2
0. Não realizou	1. Realizou de forma pontual	2. Realizou rotineiramente		
4. Para atender à solicitações do Sistema de Garantia de Direitos				2
0. Não realizou	2. Realizou rotineiramente	2. Não se aplica		
5.10. As famílias atendidas e/ou acompanhadas foram encaminhadas para:				
1. Outros serviços da rede socioassistencial parceira de proteção social básica				2
0. Não realizou	1. Realizou	1. Não se aplica		
2. Outros serviços da rede socioassistencial parceira de proteção social especial				2
0. Não realizou	1. Realizou	1. Não se aplica		
3. Outros serviços de outras políticas sociais - trabalho, educação, habitação e saúde				2
0. Não realizou	1. Realizou	1. Não se aplica		
4. Outros serviços de outras políticas - sistema de garantia de direitos				2
0. Não realizou	1. Realizou	1. Não se aplica		
5. Unidades Estatais (Cras, Creas, Centro Pop)				2
0. Não realizou	1. Realizou	1. Não se aplica		
6. Outras ofertas de parceiros no território				2
0. Não realizou	1. Realizou	1. Não se aplica		
5.11. Mediação dos conflitos durante as atividades realizadas:				2
0. Exclusiva pelos Profissionais	1. Pelos Profissionais e usuários	2. Pelos próprios familiares	1. Não Existem	
5.12. Participação dos familiares durante as atividades, em especial dos mais passivos ou tímidos				2
0. Com alto grau de intervenção dos profissionais	1. Com médio grau de intervenção dos profissionais	2. Com baixo grau de intervenção dos profissionais		
5.13. Articulação entre atividades e espaços externos para exposição, difusão e multiplicação dos produtos dos familiares				2
0. Insatisfatório	1. Satisfatório com Ressalvas	2. Satisfatório		
5.14. Existência e manutenção de canais de comunicação para sugestão, avaliações, críticas e denúncias de usuários com preservação de identidade/ sigilo				2
0. Insatisfatório	1. Satisfatório com Ressalvas	2. Satisfatório		
5.15. Intensidade das intervenções dos profissionais durante as atividades para romper com preconceitos, desigualdades e paradigmas				2
0. Alto grau de intervenção dos profissionais	1. Médio grau de intervenção dos profissionais	2. Baixo grau de intervenção dos profissionais		
5.16. Mecanismos para avaliação das atividades desenvolvidas pelo serviços				2
0. Não possui	1. Roda de Conversas	1. Instrumental de avaliação	2. Rodas de Conversas, Instrumentais e outros meios	
5. DIMENSÃO - Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-operativa – Trabalho com Famílias				108
6. DIMENSÃO - Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-operativa – Trabalho com Território				
VARIÁVEIS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO				RESPOSTAS
6.1. O serviço participa de atividades no território realizadas por				
1. Gestor da Parceria/SMADS				2
0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou		
2. Lideranças Políticas locais				2
0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou		
3. Lideranças Comunitárias locais				2
0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou		
4. Fóruns participativos, conselhos gestores, orçamento participativo, etc.				2
0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou		
5. Comércio, serviços, espaços comunitário locais, entre outros				2
0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou		
6.2. Mapeamento dos recursos no território				2
0. Insatisfatório	1. Satisfatório com Ressalvas	2. Satisfatório		
6.3. Articulação com outros serviços socioassistenciais no entorno para:				
1. Conhecimento das ofertas				2
0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou		
2. Para encaminhamento de usuários/famílias				2
0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou		
3. Para promoção de atividades coletivas				2
0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou		
4. Para divulgar suas ações e ofertas				2
0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou		
5. Para discussão de casos				2
0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou		
6.4. Articulação com outros serviços de outras políticas no entorno para:				
1. Conhecimento das ofertas				2
0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou		
2. Para encaminhamento de usuários/famílias				2
0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou		
3. Para promoção de atividades coletivas				2
0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou		
4. Para divulgar suas ações e ofertas				2
0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou		
5. Para discussão de casos				2
0. Não participou	1. Não houve ou participou em algumas	2. Participou		
6.5. Articulação para realização de eventos comunitários com usuários/famílias				2
0. Insatisfatório	1. Satisfatório com Ressalvas	2. Satisfatório		
6. DIMENSÃO - Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-operativa – Trabalho com Território				34
Parâmetros				
		de 0 a 10 --> Insatisfatório	de 11 a 21 --> Satisfatório com Ressalva	de 22 a 34 --> Satisfatório

